



AS MULHERES EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Na vanguarda da luta pelo avanço e em defesa da Reforma Agrária, lado a lado com os seus companheiros, as mulheres trabalhadoras do Alentejo e do Ribatejo são um exemplo vivo do muito que podem a firmeza e a determinação, a confiança e a certeza de vencer.

O que tem sido essa luta nos últimos anos? Quais as razões que determinam e em que condições ela se trava?

Pág. 9

O PCP VOTOU CONTRA O GOVERNO EM DEFESA DO PORTUGAL DE ABRIL

- *Importantes intervenções na Assembleia, de Álvaro Cunhal, Vital Moreira e, em declarações de voto, Dias Lourenço e Alda Nogueira.*
- *Extractos das intervenções dos deputados comunistas pronunciadas nos últimos dias do debate parlamentar.*



Reunião do Comité Central

Hoje e amanhã reúne-se, em sessão plenária, o Comité Central do Partido Comunista Português. Da ordem de trabalhos faz parte a análise da actual situação política.

Álvaro Cunhal na Assembleia da República

«O Governo e a sua frágil maioria parlamentar pretendem governar e legislar contra a legalidade constitucional que é a suprema legalidade democrática existente.

No quadro estrito das instituições e do regime e no uso das liberdades e direitos que a Constituição lhe confere, o PCP e com ele, estamos certos, um número crescente de portugueses e portuguesas opor-se-ão firmemente ao Governo e ao seu programa».

Os membros do Governo e as provas que já deram

As claras e indelmentáveis responsabilidades de ministros, secretários e sub-secretários de Estado do actual Governo na política de direita desencadeada pelos

Executivos posteriores à aprovação da Constituição — que pormenorizadamente exemplificamos na secção *Em Foco* — comprovam, entre outras coisas,

que a "mudança" prometida por Sá Carneiro e a Aliança Reaccionária será, certamente, uma mudança — mas para muito pior...

Pág. 12



vamos todos dar o arranque final à
CAMPANHA DOS 20 MIL CONTOS



Pág. 3



O povo (à esquerda, manifestações de regozijo pela recente libertação de presos políticos) e os dirigentes (de braço levantado, Brabak Karma) do novo Afeganistão democrático, unidos numa mesma vontade, saíram vitoriosos da sua luta contra o imperialismo

O POVO DO AFEGANISTÃO DEFENDE A REVOLUÇÃO

• Entrevista com o camarada Pires Jorge no seu regresso de Kabul

Pág. 11

Editorial

LIÇÕES DE UM DEBATE-IMPERATIVOS DE UMA POLÍTICA

DISSEMOS aqui, caracterizando a apresentação do novo Governo e do seu Programa na Assembleia da República, que a arrogância da direita, circunstancialmente vencedora das eleições Intercalesares de Dezembro, estava a assumir uma significativa expressão histriónica e provocadora nos primeiros embates parlamentares.

De facto, ouvimos da tribuna da Assembleia intervenções de deputados da direita em que o grotesco se combinava com o mais puro estilo fascizante. Ataques e insultos às forças democráticas mais consequentes, ao movimento operário português, aos combatentes antifascistas que deram o melhor da sua vida e muitas vezes a própria vida na dura luta de libertação do Povo português contra a ditadura fascista.

Intervenções em que o ódio e o pendor reaccionário se casavam com a pobreza mental de alguns dos intervenientes. A histeria anticomunista foi a nota dominante nas bancadas da AD.

A continuação do debate parlamentar, quer do Programa quer da insólita moção de confiança do Governo em si próprio, confirmou de forma exuberante tudo o que antes aqui disséramos, ao mesmo tempo que pôs a nu os objectivos programáticos fundamentais da nova equipa governante de Sá Carneiro e Freitas do Amaral denunciados pelos deputados do PCP, ou seja: provocar uma ruptura institucional para levar avante a recuperação capitalista acelerada em todos os domínios; para abrir a cova ao regime democrático; para rasgar o caminho à instauração de uma nova ditadura do grande capital e dos latifundiários aliados ao imperialismo, tudo isso sob uma capa demagógica de desdém e mentira.

O debate parlamentar esclareceu melhor o Povo português acerca dos objectivos reais da direita. Ficou agora mais claro, o que era verdade e o que não era nos rasgos propagandísticos da reacção durante a campanha eleitoral. As intervenções do Primeiro-Ministro e doutros membros do Governo, assim como dos vários porta-vozes e representantes da AD, trouxeram aos debates a prova provada daquilo que já de há muito se sabia, isto é, que os partidos da Aliança Reaccionária, uma vez no Governo, atirariam às urtigas as rosadas promessas feitas aos eleitores na campanha eleitoral e mostrariam na sua prática política a verdadeira cara de classe, o reaccionarismo, o seu ódio visceral ao 25 de Abril.

Mostrou também o debate quem defendia consequentemente as conquistas democráticas do nosso Povo, quem se batia com denodo pela defesa da

legalidade e das instituições democráticas, quem se erguia firmemente contra as tentativas de revisão inconstitucional da Constituição.

Quem o fazia não se sentava nas bancadas da AD mas nas da oposição, mais precisamente nas bancadas do PCP.

Os deputados comunistas, fiéis aos compromissos que assumiram no seio da APU, deram uma contribuição decisiva para desmontar o embuste da direita e pôr a nu os propósitos reais, antidemocráticos, da sua política.

Os debates mostraram que na trincheira parlamentar como fora dela, nos vastos terrenos da luta democrática pela defesa das conquistas de Abril, os comunistas ocupam honrosamente as primeiras filas do combate e firmes, apoiados pelas classes trabalhadoras e na massa dos portugueses democratas e patriotas que resolutamente dizem não ao fascismo, nelas se manterão.

ALGUMAS questões que importam decisivamente à defesa do regime democrático e às conquistas fundamentais do 25 de Abril, se oferecerem, entretanto, à reflexão dos portugueses.

O empenhamento anormal da direita para vencer as eleições e os primeiros actos do novo Governo até ao momento actual são instrutivos quanto aos novos rumos que se pretende impor à política portuguesa. Os perigos e ameaças resultantes da nova ordem de coisas, apontados à atenção do Povo português pelo PCP, tornam-se agora mais transparentes, os objectivos da reacção começam a concretizar-se.

A forma como foi preparada e conduzida a campanha eleitoral das forças reaccionárias agrupadas na AD e os objectivos reais que ressaltam do Programa do Governo e da sua discussão na Assembleia da República, a que devem juntar-se as determinantes obscuras a que obedeceu a apresentação de uma moção de confiança em si mesma pela equipa governante de Carneiro/Freitas, tudo acrescido das medidas orgânicas e políticas já anunciadas ou postas em prática pelo novo Governo, projectam uma viva luz sobre todo o processo de assalto "constitucional" ao Poder, sobre todo o comportamento e os projectos não confessados, mas claramente entrevistados, da direita nas circunstâncias actuais.

PARA vencer as eleições a reacção mobilizou todos os recursos lícitos ou ilícitos, sem olhar aos meios, não só nos domínios da propaganda, caracterizada pela demagogia e a mentira, como na acção

concreta. Tudo foi feito para, a todo o transe, de qualquer modo, se assenhorear das rédeas do Governo e da maioria parlamentar.

Repugnantes formas de coacção física, económica, social, ideológica e até religiosa foram utilizadas em vastas zonas do País e o "dossier" quando for trazido ao conhecimento do público constituirá um verdadeiro requisiório contra a reacção, os seus chefes de fila, os seus objectivos.

Os resultados eleitorais assim obtidos e a sua real expressão numérica minoritária retram desde logo à direita vencedora a autoridade e legitimidade necessárias para impor um projecto de "mudança" que assenta, como sublinhou Álvaro Cunhal na tribuna da Assembleia da República, "na liquidação do regime democrático e das suas grandes transformações e conquistas, na restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários, na restauração de um novo sistema político evoluindo mais ou menos rapidamente para uma ditadura".

Por outro lado, os actos do Governo quer na política externa quer na política interna dão já inegavelmente um sentido prático aos propósitos inconstitucionais e antidemocráticos anteriormente esboçados.

O anti-sovietismo primário posto já em termos de alteração inconstitucional das formas de condução e orientação da nossa política externa; a baixa vingança contra a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo a quem a reacção não perdoa a forma como dirigiu o V Governo Constitucional; as medidas de reorganização do aparelho de Estado com a imposição de novos quadros de feição reaccionária e de novos saneamentos à esquerda; a abertura de hostilidades contra os órgãos de soberania que limitam e são um obstáculo aos voos anticonstitucionais da direita (como o Presidente da República e o Conselho da Revolução, abertamente insultados por vários parlamentares da Aliança Reaccionária); medidas económicas e sociais que afectam e agravam desde já a situação dos trabalhadores e das classes e camadas intermédias da população; os prenúncios de nova ofensiva nos domínios da comunicação social, significam a passagem da teoria à prática na acção subversiva da maioria governante contra as instituições democráticas e contra a Constituição.

Começa a estar claro para os portugueses porque a reacção, com a total ausência de escrúpulos que lhe é peculiar, se empenhou por todos os meios para se apoderar das alavancas do Governo e porque agora com elas nas mãos se arroga uma autoridade

e legitimidade que os resultados eleitorais lhe contestam.

Começa também a estar claro que no parlamento e fora dele, no pleno uso das liberdades e direitos que a Constituição outorga aos portugueses, no quadro das instituições e da legalidade democráticas, uma barreira intransponível é preciso erguer aos propósitos subversivos da direita.

A exigência de opor uma barreira intransponível à reacção no Poder é uma questão de vida ou de morte para a democracia portuguesa. O entendimento e a unidade de todos os democratas e patriotas, estejam onde estiverem, mesmo os que por engano ou por erro de cálculo tenham votado AD, são imprescindíveis para fazer face à ofensiva das forças negras do passado.

São vastos os terrenos da luta - mais vastos se tornarão sob a prática política e as violações constitucionais que se perfilam no horizonte sob a iniciativa prepotente dos novos governantes.

Tarefas de primordial importância se colocam ao movimento democrático e popular e antes de tudo ao movimento operário português nas suas mais variadas expressões.

Cerrar fileiras é uma exigência inadiável da luta quotidiana da classe operária pelo melhoramento das suas condições de vida e de trabalho, contra o desemprego, pela defesa dos seus direitos, liberdades e garantias, pelo futuro dos seus filhos.

No movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores, nos movimentos das mulheres, da juventude, dos reformados e deficientes, nas mais variadas estruturas do movimento popular, a unidade de acção e a luta contra o divisionismo são exigências absolutas.

Sobretudo, no plano político, a unidade, o entendimento, a cooperação e conjugação dos esforços de todos os democratas é uma necessidade da hora actual.

Particularmente é imperioso fazer um grande esforço de aproximação entre socialistas e comunistas como principais forças da democracia portuguesa.

O PCP multiplicará os seus esforços nessa direcção, estará aberto a todas as iniciativas, venham de onde vierem, tendentes à unidade de acção e ao entendimento entre todos os democratas e patriotas.

O Comité Central do PCP, que hoje está reunido, certamente abrirá novas perspectivas à luta patriótica do Povo português, no quadro das instituições democráticas, em defesa das conquistas da Revolução e do Portugal de Abril.

Reuniões de quadros do PCP na Reforma Agrária

Depois de amanhã, sábado, a partir das 10 horas, as Comissões Distritais de Beja, Évora e Portalegre do PCP promovem três importantes reuniões de quadros do sector da Reforma Agrária.

Nestas reuniões será abordada a previsível ofensiva do Governo Sá Carneiro contra a Reforma Agrária e as

medidas e formas de luta a adoptar. Será igualmente analisada a situação actual das UCPs/Cooperativas e as medidas a tomar para reforçar a sua organização.

As reuniões terão lugar em Évora, no Palácio de D. Manuel, e em Beja e Avis, nos respectivos centros do PCP.

Novas vitórias da APU em autarquias locais

Nos últimos dias realizaram-se em algumas localidades eleições para as autarquias locais, onde a APU surgiu mais uma vez como força política prestigiada entre as populações, alcançando vitórias significativas.

Foi o caso de Parada, pequena freguesia de pequenos agricultores perto da vila de Arcos de Valdevez onde, no passado domingo, se realizou o plenário dos seus habitantes para a escolha da mesa do seu plenário e da sua Junta de Freguesia. Concorriam apenas duas listas, uma da APU/PS,

formada por paradeses ligados à vida e aos problemas da sua terra, e outra da "AD", constituída por indivíduos estranhos à freguesia.

Apesar dos elementos da "AD" andarem de noite, ao bom estilo dos tempos da "chapelada", a acordar os eleitores de Parada tentando aliciá-los na base da agitação de velhos fantasmas anticomunistas, os eleitores recusaram categoricamente a cacicada, dando 78 votos à APU/PS e apenas 53 à "AD". Assim a Junta de Freguesia de Parada passou a ficar

constituída por um elemento do PS (electricista) e dois elementos da APU (uma professora primária e um pairoleiro), desaparecendo de "cena" os caciques da Aliança Reaccionária.

Também na Freguesia de Bendafé, concelho de Condeixa, distrito de Coimbra, a APU foi a força mais votada no plenário de cidadãos eleitores realizado no passado dia 6. De acordo com a lei, nos freguesias com 200 eleitores ou menos - caso de Bendafé, que tem 125 inscritos - a Assembleia de Freguesia é substituída pelo plenário de

cidadãos eleitores, que escolhe directamente a Junta de Freguesia.

Ao acto concorreram apenas a APU e o PS. A lista da "Povo Unido", somou 64 votos (cerca de 62%) e a do PS 29 votos (cerca de 28%). O presidente da Junta de Freguesia será Francisco Rodrigues, "cabeça" de lista da APU.

A APU já havia sido a força mais votada na Freguesia de Bendafé no passado dia 16 de Dezembro, na eleição para a Câmara Municipal de Condeixa (na qual o PS voltou a ganhar, tal como em 1976).

Há trinta anos a PIDE assassinava José Moreira

Era o dia 22 de Janeiro de 1950. A brigada da PIDE irrompeu brutalmente pela casa, situada em Vila do Paço, Torres Novas, arrombando e agredindo como de costume. Lá dentro estavam José Moreira e sua mulher, militantes do PCP desde longa data e na clandestinidade há cinco anos. José Moreira era o responsável pelo aparelho de imprensa do Partido, e os torcionários da polícia política do fascismo queriam - no por isso mesmo. A sua confissão levaria a PIDE directamente à imprensa clandestina do PCP. Para o conseguirem, levaram José Moreira e espancaram-no ininterruptamente. José Moreira não falou. Dois dias depois o seu corpo dava entrada na morgue, após ter sido lançado pela janela para simular «suicídio», mas o seu aspecto massacrado

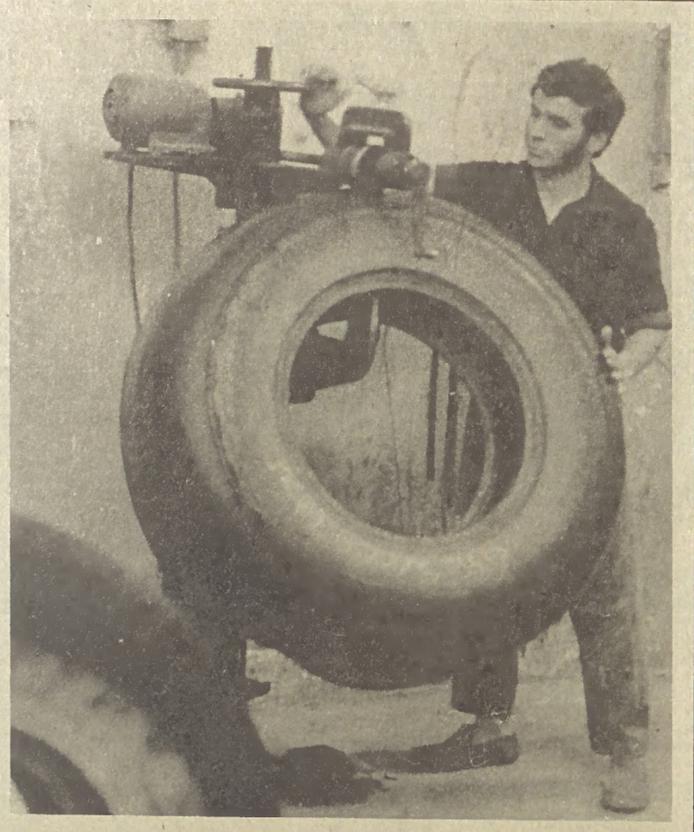
falava do crime e da sua brutalidade. José Moreira, com o pseudónimo clandestino de «Lino», era operário vidreiro na Marinha Grande. Cedou para o Partido Comunista Português, tornando-se funcionário político em 1945, altura em que passou à clandestinidade com a companheira. Responsável pelo aparelho de imprensa do Partido, costumava dizer que «uma tipografia clandestina é o coração da luta popular; um corpo sem coração não pode viver». Este conceito seria defendido até às últimas consequências por José Moreira - o seu coração pararia para «o outro», a quem devotou a vida, pudesse continuar a pulsar na luta contra o fascismo. Trinta anos depois do assassinato pela PIDE de José Moreira, vivemos num

Portugal livre e democrático, onde a imprensa do PCP faz ouvir livremente a sua voz. A nova realidade portuguesa construída na sequência da gloriosa acção dos «capitães de Abril» em 1974 surgiu e cresceu, corolário da heróica luta travada pelo Povo português, a classe operária e o seu Partido, contra a mais velha ditadura fascista. José Moreira é um dos mártires dessa luta e um dos seus símbolos representativos. Passaram 30 anos e o fascismo, entretanto, foi apeado, vencido e ultrapassado pela nova realidade nacional saída das conquistas da Revolução de Abril. Mas os muitos crimes do fascismo, como o assassinato de José Moreira, continuam bem vivos na memória do nosso Povo - como bem viva



José Moreira continua a vontade de prosseguir a luta em defesa da democracia e da liberdade, tão duramente conquistadas e ainda sob a ameaça dos saudosistas e «herdeiros» do regime que assassinou José Moreira. A sua morte e heróico exemplo continuam «no coração da luta popular». Este coração é indestrutível.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722. DISTRIBUIÇÃO: CDE, Central Distribuidora Livraria, SARL. Services Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal). Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372236. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b - 4000 Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedrreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828. PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Heisk Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média do mês de Dezembro: 73 362



O PS contra si próprio em Manteigas e Covilhã!

As contradições internas do PS continuam a beneficiar, na prática, as forças de direita. Exemplo flagrante disso foi o sucedido recentemente em Manteigas e na Covilhã, quando se elegeram as mesas das respectivas Assembleias Municipais. Em Manteigas as forças democráticas dispõem da maioria de lugares (10 do PS e 5 da APU, contra 13 da Aliança Reaccionária). Foi acordada e apresentada à votação uma lista PS/APU para a composição da mesa, em que figurava para presidente e 2.º secretário elementos do PS e para primeiro secretário um elemento da APU. Resultado da votação: a lista democrática, que contava à partida e por acordo com 15 votos, apenas obteve 13,

acabando a lista da direita por alcançar 15 votos, beneficiando do facto de um dos elementos do PS ter votado na direita (violando o acordo prévio), arrastando assim consigo outro voto PS. Houve estranheza e indignação, inclusive entre muitos socialistas, mas o anticomunismo tacanho já havia feito os seus estragos. Na Covilhã, por outro lado, os contactos entre a Aliança Povo Unido e o PS não chegaram a bom termo - enquanto a APU pretendia ver a sua representação aumentada na mesa da Assembleia Municipal (subira de 3773 votos há três anos para mais de 6000 nas últimas eleições autárquicas), o PS, que deixou de ser maioritário naquele órgão, insistia em que a representação da

"Povo Unido" permanecesse pouco diferente... Esta situação levou a que, na sessão da Assembleia Municipal, as várias forças políticas apresentassem propostas próprias, uma vez que a APU não havia aceitado as inqualificáveis propostas do PS. Assim, onde a Aliança Reaccionária tem 30 representantes contra 21 do PS e 11 da APU (32 no total, para as forças democráticas) assistiu-se ao resultado da "AD" com 31 votos (um como "brinde" do PS), o PS com 20 e a APU com 11, tendo-se registado um voto nulo. Tomou-se então necessário proceder à escolha entre as duas propostas mais votadas, já que nenhuma das apresentadas obtivera a maioria absoluta dos votos.

A segunda votação seria uma surpresa: enquanto a APU, mantendo a sua posição, se absteve (foram contados 11 votos em branco), a lista reaccionária subiu para 33 votos, enquanto o PS desceu para 19! A transferência de dois votos do PS para a "AD" vinha assim desmentir de forma ainda mais clara as insinuações feitas por sectores socialistas de que a vitória da direita para a Assembleia Municipal fora resultado da "recusa" da APU em aceitar acordo (?) com o PS... Se esse acordo tivesse chegado a existir, mesmo com as condições inaceitáveis do PS, acabaria por ser "furado" por elementos socialistas, tal como aconteceu em Manteigas...

Os reformados não desistem na luta pelos seus direitos

Em tomada de posição resultante de numerosos plenários e reuniões em todo o País, o Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) enviou ao Governo e à Assembleia da República um caderno reivindicativo onde apresenta algumas exigências formuladas em função das variadas e prementes necessidades deste estrato social. No documento, que contém as reivindicações para 1980, exige-se a actualização das pensões de regime geral de valores entre 2750\$00 e 10 000\$00, para além da actualização de todas as pensões de reforma e outras prestações pecuniárias, num montante

correspondente à subida do custo de vida verificado no ano de 1979. Outra das reivindicações apresentadas pelo MURPI refere-se ao aumento do complemento de pensão por cônjuge a cargo - e aqui convém sublinhar que esta e as outras reivindicações já foram apresentadas aos dois governos anteriores, sem terem sido atendidas. Mas as reivindicações dos reformados têm ainda a ver com outras questões e necessidades, nomeadamente a concessão de medicamentos gratuitos (medida de óbvia importância, sabendo nós que dispêndios são os medicamentos e magros os proventos da generalidade dos reformados

deste país), o desconto de 50% nos transportes públicos e a revogação do Decreto-Lei 387/79 (lei do aumento das rendas de casa). A questão das rendas de casa - grande preocupação da maioria dos reformados e pensionistas - surgiria, aliás, com grande relevo no documento apresentado ao governo pelo MURPI. Considerando que o bem-estar de todos os reformados, pensionistas e idosos depende de uma política global desenvolvida pelos vários departamentos governamentais, o MURPI reclama que, na fixação das rendas de casa seja considerada a capacidade económica do agregado familiar.

A comissão executiva do MURPI solicitou igualmente audiência a vários membros do Governo, ao presidente da Assembleia da República e ao grupo de Segurança Social e Saúde da Assembleia da República, a fim de melhor expor os problemas que afectam a vida dos seus associados. "Seria muito mais grave - dizem os reformados - a injustiça de continuar a impor o sacrifício dos grupos sociais mais desprotegidos, conforme o imposto pelo Fundo Monetário Internacional, para finalmente reafirmarem que "os reformados não abdicam do seu direito a uma vida mais justa, digna e tranquila".

Breve balanço e perspectivas de trabalho da Campanha dos 20 mil

- uma sede no Norte à altura do Partido

A notícia de que já existe o edifício para a nova sede do PCP no Norte entusiasma os militantes e amigos do Partido. É no entanto indispensável que a notícia seja conhecida em toda a sua extensão: a nova sede existe, **mas há que pagá-la**. Ou melhor dizendo: a nova sede existe desde que o Partido satisfaça os compromissos assumidos. Daí a necessidade imperiosa e urgente de dar um novo e decisivo impulso à Campanha.

No fecho das contas da Campanha do mês de Dezembro estava recolhida e entregue a soma de 9 112 198\$30, o que corresponde a 45,56% do objectivo financeiro da Campanha.

Por grandes sectores da organização tal soma estava assim distribuída:

Comitê Local do Porto	2 783 339\$70
Sector Intelectual	1 257 880\$00
Concelhia de Vila Nova de Gaia	912 514\$10
Comitê dos Metalúrgicos	753 506\$70
Comitê dos Grandes Serviços	460 330\$00
Organismo dos Activistas Sindicais	378 795\$50
Organização Interconcelhos do Porto	340 978\$50
Concelhia de Matosinhos	309 229\$50
Concelhia de Gondomar	299 250\$50
Direcção da Organização Regional do Minho	159 559\$20
Comissão Coordenadora da Campanha	537 714\$00
Outros sectores	919 100\$40
Total	9 112 198\$30

Quem vai à frente...

O Comitê dos Grandes Serviços, a Concelhia de Valongo e a Comissão de Sede de Anibal Cunhal conservam por mais um mês os galardões anteriormente conquistados.

A classificação relativa aos diversos graus de emulação está assim ordenada:

Grandes sectores:

1.º Grandes Serviços	61,37%
2.º Gaia	52,14%
3.º Metalúrgicos	50,23%
4.º CLP	46,38%
5.º Têxteis	39,25%
6.º Sector Intelectual	31,44%
7.º Matosinhos	30,92%
8.º Gondomar	29,92%
9.º OIC	29,65%
10.º Maia	11,78%

Concelhos:

1.º Valongo	54,59%
2.º Lousada	51,79%
3.º Vila do Conde	51,10%
4.º Santo Tirso	27,21%
5.º Póvoa de Varzim	25,21%

Outros sectores:

1.º Comissão de Sede de Anibal Cunha	94,30%
2.º Comissão de Sede da Boavista	71,86%
3.º Activistas Sindicais	63,13%
4.º Sector Camponês	61,07%
5.º Sector Técnico	30,00%

No que respeita às freguesias e células de empresa são as seguintes as classificações:

Freguesias:

1.º Arcozelo (Gaia)	94,4%
2.º Aldoar (Porto)	91,4%
3.º Santo Ildefonso	77,5%
4.º Valadares (Gaia)	75,1%
5.º Vilar de Andorinho (Gaia)	68,4%

Células de empresa

1.º Fábrica Leão (Metalúrgicos)	259,0%
2.º Via Rápida (CLP)	99,9%
3.º Desco (Metalúrgicos)	98,5%
4.º CAMO (Gaia)	91,3%
5.º UTIC (Metalúrgicos)	83,9%

Mas a emulação, factor que em grande parte dinamiza a Campanha, desenvolve-se aos mais diversos níveis. Assim, por exemplo, no Comitê Local do Porto as organizações estão divididas em dois escalões, de acordo com montante das respectivas metas, ocupando as organizações dos Bancários, de Cedofeita e de Paranhos as três primeiras posições no primeiro escalão, e as da Via Rápida, Aldoar e Santo Ildefonso as posições cimeiras no segundo escalão.

Entretanto há a registar o facto de diversas organizações terem já atingido a sua meta. E o caso, nomeadamente, no

vamos todos dar o arranque final à
CAMPANHA DOS 20 MIL CONTOS

PASSANDO CUPÕES...

FAZENDO ABORDAGENS...

ESTIMULANDO AS INICIATIVAS...

ETC... ETC...

Comitê Local do Porto, da Organização da Via Rápida; no Comitê dos Grandes Serviços, das Organizações da EDP e da Petrolgal; no Comitê dos Metalúrgicos, da Célula da Fábrica Leão. O «Avante» irá começar a divulgar as valiosas experiências destas organizações que, devido ao empenho, dedicação e espírito de sacrifício dos seus militantes, conseguiram já a meta que se tinham proposto alcançar.

Mais dinheiro, mais depressa

A necessidade de prosseguir o esforço no sentido de imprimir um novo ritmo à Campanha tem que ser intensamente discutida em todas as organizações, com todos os militantes e simpatizantes do Partido. Há compromissos assumidos com prazos, e prazos apertados, que é indispensável satisfazer. A sede existe, há que pagá-la. O que significa que o êxito da Campanha depende de se conseguir **mais dinheiro, mais depressa**.

No sentido de imprimir à Campanha um novo, decisivo e necessário ritmo apontam-se algumas direcções de trabalho:

- Dinamizar iniciativas sectoriais rentáveis;
- Reanimar a emulação entre as organizações;
- Procurar aumentar muito mais o número de cartões de compromisso e fazer um grande esforço para cobrar os compromissos em atraso;
- Tomar medidas especiais para discutir o atraso da Campanha por parte de algumas organizações;
- Promover entrevistas individuais com militantes e simpatizantes;
- Abrir muito a Campanha para fora do Partido;
- Corrigir rapidamente as insuficiências no campo da propaganda;
- Avançar rapidamente para a concretização da iniciativa do **Dia de Salário**.

Dia de Salário

No que respeita a esta iniciativa, lançada num apelo da DORP do PCP no passado dia 7, sabe-se já que as primeiras reacções dos militantes do Partido são francamente favoráveis.

Haverá agora que avançar rapidamente com as listas de subscrição do **Dia de Salário**. Por outro lado, e como forma de ganhar para esta iniciativa a classe operária e os trabalhadores em geral, haverá que dirigir apelos sectoriais das células de empresa, comités de classe, comissões de freguesia e comissões concelhias. Também para a iniciativa do **Dia de Salário** haverá que levar a Campanha dos 20 mil contos para fora do Partido.

Como assinalava o comunicado da DORP do PCP do passado dia 7, «o êxito da Campanha dos 20 mil contos depende decisivamente de se conseguir levar a Campanha para fora do Partido» e de se motivar para a sua participação «fodos os homens e mulheres que vêm no reforço do PCP uma condição essencial para a defesa da democracia e dos direitos do povo trabalhador». E, como é sabido, muitos e muitos são aqueles para quem o reforço do PCP, tarefa que exige também o reforço das suas condições de vida e de trabalho, é um motivo de confiança no Portugal democrático e de esperança no futuro.



Ferreira do Alentejo: quando o desespero se transforma em calúnia e provocação...

Desde há uns tempos a esta parte que se vem desenrolando em Ferreira do Alentejo, terra de trabalho e luta, uma articulada campanha reaccionária que tem por fim tentar instalar na opinião pública local um clima de confusão e, principalmente, de desconfiança face ao Partido e a alguns dos militantes comunistas da vila.

Num comunicado dirigido à população, depois de salientar que ao conhecer o êxito da APU nas eleições realizadas no fim de 1979, tanto a nível nacional como na localidade, «a reacção ficou raivosa e desesperada», a Comissão Concelhia do PCP de Ferreira do Alentejo põe a nu as manobras dos que vociferam, no meio de mentiras e calúnias, e ultrapassando até os limites do ridículo, tanto ódio contra a democracia e a luta do povo.

Eis os factos:
A irresponsabilidade de

um graduado da GNR do Posto de Ferreira do Alentejo, modificando o conteúdo de uma notificação a fazer ao nosso camarada António Romba - de declarante sobre um suspeito informador da PIDE, passou a suspeito colaborador, nas palavras do referido elemento da GNR - **notificação essa que foi divulgada, mas ao «contrário», num café da vila, antes que o camarada a recebesse, tal responsabilidade, diz o comunicado da Comissão Concelhia, veio a calhar às mil maravilhas para os desígnios dos reaccionários, que, sem perda de tempo, fabricaram um comunicado anónimo, onde se lia:**

«Informa-se a população deste concelho que a GNR recebeu um mandado (?) de Lisboa, da extinção da PIDE/DGS - Lisboa, para ouvir o sr. António Romba, um dos principais do PCP (Partido

Comunista Português), sobre as suas actividades e ligações com a PIDE, sabendo-se que também o senhor Cuissa, outro revolucionário de gema, foi chamado a Elvas para o mesmo fim. Olha quem eles eram, e o povo não sabia!!! Quem virá a seguir?...».

Quer dizer, a manobra compreende-se bem:

1.º O graduado da GNR chega a um café, um lugar público, e diz que recebeu uma notificação para um militante comunista prestar declarações nos serviços de extinção da PIDE. Em vez de dizer que tais declarações serão acerca de um suspeito colaborador da PIDE, que os comunistas bem conheceram nas prisões e na tortura, o elemento da GNR troca as posições e diz que o suspeito de colaboração com a PIDE é o militante comunista;

2.º Tenta-se pôr o boato a correr, tendo como ponto de partida o café;

3.º Sem perda de tempo, põem a circular um panfleto anónimo com as provocações acima descritas;

Conclusão: utilizando os nomes dos camaradas António Romba e Cuissa e ameaçando a divulgação de outros nomes de comunistas, «os reaccionários procuram denegrir a imagem do PCP, ferir a moral dos comunistas e dos democratas e ofender a dignidade pessoal e política destes militantes», como assinala a Comissão Concelhia do Partido.

A linguagem nazi do sr. «Bulldog»...

Componente fundamental de toda aquela acção anticomunista, é, por outro lado, o papel de um reaccionário a quem o povo de Ferreira do Alentejo apelidou de «Bulldog». Trata-se de um

sujeito que faz do Registo Civil um «lugar de intoxicação e martírio para a generalidade dos utentes que necessitam dos serviços do Registo», como acusa o comunicado da Concelhia, que afirma em seguida:

«Aquele 'inteligência', desaproveitada para ministro da Aliança Reaccionária, com a sua linguagem fascista quimicamente pura, massacrando diariamente as pessoas e vomitando as maiores provocações e calúnias sobre o PCP, chega ao ponto (pasmem-se) de advogar que os comunistas deviam ser todos queimados... que os chefes dos assaltantes dos Bancos são os comunistas instalados na Câmara»...

Enfim, quando o desespero se transforma em calúnia e provocação atingem-se estes «resultados». Que o digam os reaccionários de Ferreira do Alentejo...

«Mais mil para defender Abril» Campanha de recrutamento no distrito de Santarém

Reunida no passado dia 18, a Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP decidiu promover neste distrito uma campanha de recrutamento de mil novos militantes.

«Mais mil para defender Abril» é o lema da iniciativa da DORSA, que se desenrolará

de 1 de Fevereiro a 31 de Junho.

Num comunicado dirigido à população escalabitana, no qual se revela a decisão tomada, salienta-se que «os resultados alcançados pela APU, em que o PCP é força determinante, nas eleições

para a Assembleia da República e autarquias no último mês de Dezembro, confirmam o crescente alargamento e influência do Partido», nomeadamente no distrito de Santarém.

Depois de sublinhar que «grandes e duras batalhas se vêm impor às massas

laboriosas e às forças democráticas do nosso país», o comunicado afirma que a Organização Regional de Santarém «está convicta que nas actuais condições é necessário reforçar e alargar as fileiras do PCP» para defender Abril e os interesses dos trabalhadores.

Os comunistas de Manteigas já têm Centro de Trabalho

Decorrerá brevemente a festa-convívio de inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Manteigas, vila laboriosa da Beira Interior.

O CT localiza-se na Rua de Benguela, n.º 5, e amanhã já ali se realizará um encontro para entrega dos novos cartões do Partido.

Tal como nos dizem os camaradas da Comissão Concelhia de Manteigas do PCP, «aspiração de há muito sentida pelos comunistas e outros democratas do concelho,

a abertura do novo CT tornou-se agora possível graças à luta persistente e corajosa dos operários de lençóis e ao importante alargamento da influência do PCP, expressivamente traduzido nos recentes resultados eleitorais».

Recorde-se, a propósito, que ali o «Povo Unido» passou de 149 votos em 1976 para 510 em 1979, conseguindo agora eleger um vereador para a Câmara Municipal da vila.

Entretanto, o Centro de Trabalho vai reunir os equipamentos necessários, sendo na sua quase

totalidade dadas de muitos camaradas e amigos do Partido. Aliás, como nos revela a Comissão Concelhia, há presentemente um grande empenhamento para «transformar uma casa vazia num acolhedor local de convívio e trabalho do nosso Partido».

Ideias e sugestões são concretizadas em obras pelas mãos e o espírito de iniciativa e dedicação de camaradas que nunca tiveram um local de reunião e que, por isso, sentem bem o instrumento precioso que o novo CT representa.

Reunião de quadros em Cascais

Realiza-se no próximo sábado, a partir das 9 horas da manhã, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, uma grande jornada promovida pelos comunistas do concelho de Cascais.

Na parte da manhã há uma reunião de quadros pertencentes a organismos de direcção do Partido naquela zona concelhia. À tarde decorrerá um encontro com os camaradas eleitos por listas da APU para os diversos órgãos autárquicos do concelho de Cascais.

Estará presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Entretanto, no dia 2 de

Jaime Serra na Covilhã

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, participará na importante reunião de quadros que se efectuará no próximo domingo, dia 27, na cidade da Covilhã, com militantes da Organização Regional da Beira Interior.

A situação política actual e as tarefas dos comunistas neste ano de 1980, são os dois pontos da ordem de trabalhos.

A JCP e os problemas da Universidade

«Generalidades, demagogia, intenções antidemocráticas» - é assim que o Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) caracteriza o Programa do Governo Sá Carneiro no capítulo dedicado ao Ensino.

Em relação à Universidade, «no geral e no particular», aquele programa «é apenas um conjunto de referências vagas, como se tudo estivesse bem e houvesse apenas algumas 'correções' a efectuar».

Mas essa não é, como os senhores da AD sabem, a realidade vivida no quotidiano pelos professores e estudantes das escolas superiores do nosso país.

«A Universidade atravessa um período de aguda crise» e «para lá das banalidades demagógicas, três questões merecem análise mais detalhada», como salienta a JCP:

- A referência à orgânica institucional da Universidade.
- A referência à «eliminação do Ano Propedéutico».
- A referência a um Conselho Nacional de Educação.

Quanto ao primeiro aspecto, assunto «quente» da vida universitária, comenta a Direcção Central da organização do Superior da JCP: «A definição da autonomia universitária em termos democráticos, com a criação de órgãos representativos da Universidade (e de todos os seus corpos) a nível nacional e a nível das actuais reitorias, é de há muito uma reivindicação do movimento estudantil.

«Quanto ao que é de esperar do Governo, tudo aponta (tendo em conta as propostas do chamado Conselho de Reitores) para a criação de Conselhos Universitários e Conselhos Científicos e Pedagógicos à base de catedráticos, à imagem e semelhança dos antidemocráticos Conselhos Científicos de Faculdade.

«Quanto à gestão das Faculdades e a concretizarem-se os propósitos manifestados pelo actual ministro quando (ainda era membro do Conselho Científico da FCTUC, apontará o Governo para uma (ainda) maior centralização dos poderes nos Conselhos Científicos e para a liquidação da participação estudantil nos órgãos de decisão.»

Sobre o caso do Propedéutico, salienta a JCP: «Quanto à eliminação do Ano Propedéutico, referida no programa, trata-se de facto da mudança do nome, de Ano Propedéutico para 12.º Ano, projecto que aliás vem de anteriores ministérios. Esta mudança de nome, de visibilidade improvável nos próximos anos e de vantagens ainda mais discutíveis, certamente não terá lugar no prazo de actividades do actual Ministério.

«Entretanto, e em confronto com as promessas da AD, o que existe é o Ano Propedéutico nos moldes dos anos anteriores, acrescido da novidade que é o espantamento de estudantes, ao pretenderem matricular-se nos serviços do ME.»

A propósito do Conselho de Educação, os jovens comunistas esclarecem: «Quanto ao Conselho Nacional de Educação, órgão de indiscutível utilidade, o que há a definir é a sua composição. A proposta do Governo, decerto, não se irá afastar das de anteriores ministérios - isto é, um órgão composto por "competências" em tudo alheias à dinâmica real do ensino, um órgão vedado a estudantes e aos representantes legítimos dos professores. Estas soluções, contrárias às propostas já formuladas pelo Movimento Associativo, não deixaram, estamos certos, de confrontar a firme oposição de toda a Universidade.»

Recentemente, foram publicados no «Diário da República» vários diplomas profundamente lesivos dos justos interesses estudantis e também contrários ao funcionamento normal e democrático das escolas superiores.

No entender da JCP, a população universitária deve reforçar a sua luta em torno da revisão dos referidos diplomas. O actual Governo, alerta a Juventude Comunista, «parece, contudo, mais preocupado em réver algumas iniciativas legislativas positivas do V Governo».

De acordo com o documento que temos vindo a citar, são os seguintes os principais decretos-leis

recentemente publicados no «Diário da República»:

● O que abolia indefinidamente o prazo de vigência das comissões instaladoras das escolas, dias em regime de instalação, impedindo assim que se constituam os órgãos de gestão democrática.

● O que integra os cursos de Arquitectura das Universidades (sendo este um aspecto positivo), mas liquida a gestão democrática, impondo as já tradicionais «comissões instaladoras».

● O que regulamenta os graus académicos abolindo o Bacharelato e prejudicando milhares de estudantes que procuram colocação no Ensino (pedida ratificação na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP). Recorde-se, a propósito, que começou ontem o concurso nacional para professores.

● O que cria o Ensino Politécnico e impõe a reconversão dos Institutos Superiores de Engenharia e dos Institutos Superiores de Contabilidade (pedida ratificação na AR pelos deputados comunistas).

A propósito deste caso, comenta a JCP: «A criação do Ensino Politécnico (ex-Ensino Superior Curto) poderia significar um avanço positivo (e significa, no caso das Enfermagens e dos Magistérios) se visasse a criação de um sistema voltado para a diversificação do grau de especialização e perfil dos quadros técnicos e diversificação das saídas profissionais. No entanto, tudo indica que o propósito exclusivo é a reestruturação dos ISCA's e dos ISE's e não a criação de novas escolas.

A JCP, os estudantes destas escolas, os professores, têm vindo a defender firmemente a integração dos ISCA's e ISE's no ensino superior, na perspectiva de uma licenciatura em Contabilidade, e de novas licenciaturas em Engenharia, de acordo com as necessidades em quadros dos diversificados sectores da produção que exigem quadros especializados.»

3.ª Assembleia do Superior de Coimbra

Entretanto, no último sábado, reuniu a 3.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Coimbra da Juventude Comunista. Participaram nos trabalhos cerca de 60 delegados, que elegeram no final a nova direcção regional dos estudantes comunistas.

Como sublinhou o camarada Francisco Rodrigues, membro daquele organismo, a JCP «lutará nas escolas pela participação de listas eleitorais que reflitam o sentimento da unidade e da luta estudantil contra as manobras desestabilizadoras das forças de direita».

Os estudantes universitários comunistas da Academia coimbrã estão confiantes e afirmam que é possível nas próximas eleições bater as forças antidemocráticas e contra-associativas, representadas na actual Direcção-Geral da Associação Académica, que tem sido muito dinâmica na destruição do trabalho positivo realizado pelo elenco anterior, onde então figuravam estudantes democratas e progressistas.

Em relação ao próximo acto eleitoral no âmbito da quela Academia, a JCP sublinha a necessidade de entendimento com outras organizações políticas, nomeadamente a Juventude Socialista e a UEDS.

Esta plataforma de cooperação unitária, uma vez mais reafirmada pelos estudantes comunistas de Coimbra no «Manifesto», que divulgará junto da população universitária, «poderá dar uma dimensão política fundamental à expectativa de unidade que reina entre os estudantes democratas».

No decurso do debate realizado pela Assembleia sobre as eleições para os órgãos de gestão das diversas Faculdades da Academia de Coimbra foi sublinhada a necessidade da defesa dos pontos que permitem a manutenção e reforço da gestão democrática.

Assembleia no ISE

Também os estudantes comunistas do Instituto Superior de Economia (ISE) de Lisboa vão reunir em Assembleia. Será no sábado, a partir das 10 horas da manhã. Primeiro haverá um plenário, depois debate em grupos de trabalho e, por fim, novamente sessão plenária, estando previsto o encerramento da Assembleia por volta das 19 horas. Haverá almoço-convívio.

Semana

16 Quarta-feira 1969 - É empossada uma «nova» comissão administrativa da União Nacional fascista

O Conselho de Informação para a RDP delibera, por unanimidade, «solicitar à Comissão Administrativa da RDP a aplicação da Lei da Amnistia aos trabalhadores despedidos da RDP-EP e pela mesma Lei abrangidos» ■ Carlos Brito, em nome do grupo parlamentar do PCP, apresenta na Assembleia da República uma moção de rejeição do Programa do Governo de Sá Carneiro ■ Um comunicado do Gabinete do ministro da República para os Açores dá o último balanço oficial das vítimas do sismo que atingiu o arquipélago no passado dia 1, informando que morreram 51 pessoas enquanto mais dez continuam dadas como desaparecidas ■ O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Ferroviários entrega aos órgãos de soberania um abaixo-assinado subscrito por muitos milhares de trabalhadores que acusam o actual conselho de gerência da CP de estar a prosseguir uma «política de desastre» naquela importante empresa pública ■ O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e a comissão negociadora sindical da Rodoviária Nacional classificam o acordo salarial firmado naquela empresa como uma vitória dos trabalhadores ■ Nuno Abecassis (CDS), o novo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, informa durante a primeira reunião do novo executivo camarário que «todos» os pelouros da CM de Lisboa ficarão nas mãos dos nove vereadores da aliança reaccionária, numa decisão que marginaliza escandalosamente os quatro eleitos da APU e os quatro do PS.

17 Quinta-feira 1979 - Na fronteira espanhola de Tui são presos ex-agentes da PIDE implicados na posse ilegal do grande quantidade de armas, que pertenciam ao arsenal da ex-Legião Portuguesa

Chega a Lisboa para uma visita de três dias ao nosso país a delegação da CGTP-IN, uma delegação de alto nível da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) ■ O Programa do Governo de Sá Carneiro passa na Assembleia da República após terem sido derrotadas as moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo PS pelos votos conjuntos de toda a direita parlamentar; a moção do PS recolheu votos favoráveis dos socialistas, dos comunistas, do MDP/CDE e da UDP, não havendo abstenções; a moção apresentada pelo PCP obteve os mesmos votos favoráveis, à excepção do PS, que preferiu «abster-se» ■ Um representante da embaixada da União Soviética procede à entrega de numeroso material científico ao Conselho Directivo da Faculdade de Ciências de Lisboa; esse material foi oferecido pela Universidade de Lomonosov de Moscovo e estava «retido» oficialmente na alfândega de Lisboa há cerca de um ano.

18 Sexta-feira 1921 - Electua-se a primeira greve dos jornalistas portugueses

Edmond Maire, que chefiava a delegação ao mais alto nível da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) que se encontra no nosso país a convite da CGTP-IN, afirmou que «consideramos a CGTP-IN» a central histórica dos trabalhadores portugueses - a confederação que os trabalhadores escolheram livremente ■ A comissão negociadora sindical dos trabalhadores da Função Pública, em representação de 31 sindicatos, entrega na Secretaria de Estado da Reforma Administrativa a proposta reivindicativa comum (PRC) do sector; trata-se do processo de negociação colectiva que abrange maior número de trabalhadores, cerca de 380 mil ■ A direita parlamentar aprova a «moção de confiança» apresentada pelo seu Governo ■ Uma nota da Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP acerca dos acontecimentos nos Bancos Espírito Santo e Sotio Mayor afirma que «a pretensão da defesa do sigilo bancário, a repressão que agora se pretende instaurar tem por fim criar as condições para permitir uma gestão corrupta, desmoralizadora e permissiva de condições para a criação da Banca privada».

19 Sábado 1919 - No Porto há uma tentativa, frustrada, de reimplantação da monarquia no País.

Cerca de 600 delegados representativos de Sindicatos filiados e não filiados na CGTP-IN aprovam, por unanimidade, diversas propostas que serão apresentadas ao Governo e que preconizam a adopção de medidas tendentes ao reconhecimento, na prática, dos direitos dos trabalhadores em matéria de segurança social ■ Em comunicado saído de uma reunião plenária ontem realizada, o Secretariado Nacional da CGTP-IN adverte, após análise do programa do Executivo chefiado por Sá Carneiro, que os trabalhadores não podem criar expectativa favorável acerca das intenções do Governo, seja qual for a tática que este venha a utilizar ■ Os trabalhadores da RDP, reunidos em Assembleia Geral, aprovam uma moção dirigida à Comissão Administrativa da empresa exigindo a reintegração dos jornalistas despedidos em consequência dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 ■ A imprensa divulga que o PR solicitou a sua candidatura ao cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia.

20 Domingo 1968 - Com 14 anos de idade D. Sebastião é considerado «maior», assumindo todas as funções de monarca. Alcazar Quibir viria, em breve, demonstrar a irresponsabilidade desta entrega da governação do país às mãos de um adolescente.

A Comissão Nacional do Partido Socialista, reunida este fim-de-semana na Cooperativa dos Pedreiros, no Porto, aprova um documento sobre estratégia, uma estruturação interna do PS e a nova composição do seu Secretariado Nacional; do novo Secretariado não fazem parte Manuel Alegre, Tito de Morais e Jaime Gama, e o documento aponta para «retirar a maioria absoluta da AD na Assembleia da República e travar o crescimento da APU» ■ O MDP/CDE realiza em Aveiro o seu Encontro Nacional, durante o qual foi salientado que a característica fundamental do Partido continua a ser a sua vocação unitária, pelo que terá de se manter e reforçar tal tendência em prol da democracia e do regime constitucional instaurado com o 25 de Abril.

21 Segunda-feira 1972 - É criada a UEC, na clandestinidade.

A direcção do Sindicato Agrícola de Lisboa anuncia em conferência de imprensa que os operários agrícolas do distrito de Lisboa elegerão, no próximo domingo, os corpos gerentes do seu sindicato para os próximos três anos ■ A administração da empresa Cabos Avila impede o acesso às respectivas instalações de dirigentes sindicais que ali se deslocaram para efectuar um plenário com os trabalhadores ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) informa que vai realizar no próximo dia 23 de Março o 2.º Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores, com o objectivo de discutir os problemas da agricultura e os problemas sociais, económicos e profissionais a ela ligados.

22 Terça-feira 1979 - É assinado um acordo comercial entre a República Popular de Angola e Portugal prevendo o regime de nação mais favorecida nas trocas comerciais entre os dois países.

O Conselho de Ministros «para os Assuntos Económicos» debate questões relacionadas com o Fundo de Abastecimento e, nomeadamente, com o «cabaz de compras» ■ São publicados mais suplementos a números do «Diário da República» com legislação aprovada pelo V Governo constitucional e promulgada pelo Presidente da República e que na altura própria não fora publicada na folha oficial ■ A Direcção-Geral de Coordenação Comercial publica uma lista de preços máximos em vigor para bens alimentares, alguns bens não alimentares e serviços sujeitos ao regime de preços máximos.

A firme defesa dos interesses populares - uma constante nas numerosas reuniões de autarcas eleitos pela APU

Continuam a realizar-se nos mais diversos pontos do país encontros de autarcas eleitos pelas listas da Aliança Povo Unido em 16 de Dezembro.

Nota comum às numerosas reuniões de que nos chegamos notícia é a análise objectiva das situações em cada localidade, aldeia, vila ou cidade, o estudo de acções concretas orientadas para a defesa intransigente dos interesses populares e a definição de grandes linhas de trabalho.

Conscientes das suas responsabilidades, os eleitos do «Povo Unido» avançam, assim, no caminho da luta sem tréguas pelo cumprimento e concretização efectiva dos problemas que referiram durante a campanha eleitoral. Foi pelo seu prestígio e pela viva aderência das camadas populares à candidatura da APU que membros do «Povo Unido» desempenham hoje cargos, a vários níveis de responsabilidade, no aparelho do Poder Local. Por isso, a hora é de estudo e trabalho. Um pouco por todo o país, comunistas e outros democratas eleitos pela APU arregaçam as mangas e prosseguem o trabalho, como salientam os casos que passamos a referir, e que apenas dão uma breve imagem da intensa actividade que se desenvolve, neste âmbito, de Norte a Sul do país. São apenas alguns exemplos, que, no entanto, falam por si.

Porto

Promovida pela Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP, realizou-se uma reunião de eleitos da APU por aquele distrito, na qual estiveram presentes autarcas de vários concelhos e também responsáveis locais do Partido pelo trabalho nas autarquias.

No decorrer do encontro, caracterizado pela viva participação dos presentes, foi feito o balanço da actividade realizada desde 1976, além dos resultados eleitorais de 16 de Dezembro último e de aspectos diversos relacionados com a instalação dos órgãos autárquicos recentemente eleitos.

A reunião reafirmou, por um lado, uma política de unidade em torno dos interesses concretos das populações, salientando-se, a propósito, a determinação de votar todas as propostas que sirvam esses interesses, venham elas onde vierem; e por outro lado, uma acção de íntimo contacto com as estruturas da vontade popular, tendo sempre em mente a necessidade de as ganhar para a colaboração na resolução dos problemas existentes.

Covilhã

Em Unhais da Serra, reuniram os eleitos do «Povo Unido» no concelho de Covilhã. Presentes os democratas da APU que desempenham cargos na Câmara e Assembleia Municipal e nas Freguesias de Vales do Rio, Verdelhos, Vale Formoso, Unhais da Serra, Tortosendo, Teixoso, Sobral de S. Miguel, Sarzedo, S. Pedro, S. Martinho, S. Maria, S. Jorge da Beira, Peso,

Peraboa, Paúl, Ourondo, Orjais, Ferro, Erada, Dominguiso, Cortes do Meio, Conceição, Casegas, Boidobra, Barco, Aldeia do Souto, Aldeia de S. Francisco de Assis e Aldeia de Carvalho.

No total, participaram no encontro 78 eleitos e 52 outros democratas também ligados à vida das autarquias. Entre as conclusões aprovadas, contam-se a reclamação do cumprimento integral da Lei das Finanças Locais e a promulgação da Lei de Delimitação de Competências, a solidariedade com a população açoriana e a realização de novo plenário de eleitos do concelho no dia 15 de Março, às 15 horas, na freguesia de Sarzedo.

Fundão

Com a presença de autarcas da APU eleitos em Alcaide, Alconçosta, Aldeia de Joanes, Silvares e Fundão, a reunião concelhia realizada naquela vila fez um balanço do trabalho das candidaturas «Povo Unido» e analisou os resultados obtidos e as principais deficiências, como por exemplo a inexistência de um gabinete eleitoral concelhio, com funcionamento permanente.

No âmbito das tarefas imediatas, além da criação daquele organismo, para prestação de apoio técnico, jurídico e político aos eleitos e candidatos, encontra-se a dinamização das Comissões de Moradores ou a sua constituição e a promoção da prática desportiva através das Casas do Povo, clubes e outras estruturas existentes. Participaram na reunião 38 democratas.

Coimbra

«Tratou-se de uma reunião, a primeira deste tipo, realizada em Coimbra após as eleições de 16 de Dezembro com o objectivo de se discutirem alguns problemas, dos mais diversos tipos que se colocam ao trabalho a desenvolver nas autarquias locais. Nela, estiveram presentes, além de outros membros do PCP, comunistas eleitos para os órgãos do Poder Local; e ainda elementos do MDP/CDE, ou independentes que integram a representação da APU em Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia do distrito» - assim definiu Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, num

breve encontro com a imprensa, o conteúdo e composição da reunião realizada recentemente em Coimbra, que contou com mais de 100 participantes.

«O nosso Partido tem desenvolvido grandes esforços nesta frente de trabalho e irá certamente continuar a dar-lhe a maior atenção, pois não há dúvidas que a política de direita do Governo de Sá Carneiro, vai trazer sérias consequências também no sector da informação».

Referindo-se ao apoio a prestar aos camaradas e amigos que durante os próximos três anos vão trabalhar nas autarquias, aquele membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP sublinhou a necessidade de se formarem gabinetes de apoio técnico, de acordo com as características especiais de cada sector, ao mesmo tempo que chamou a atenção para a enorme utilidade do estudo da revista «Poder Local», instrumento de trabalho que por si só pode responder a muitas dúvidas e dificuldades dos camaradas agora eleitos.

«E é bom que se saiba», diria ainda Carlos Costa, «que em Sousel a APU aumentou a votação quer em relação a 76, quer em relação às eleições intercalares de 2 de Dezembro».

«As perspectivas do trabalho a realizar, que deve estar assente essencialmente no princípio do trabalho democrático colectivo», no «alargamento da unidade» e na «mobilização das populações»; foi assunto que forneceu muitas e variadas contribuições para o debate. Na preocupação dos camaradas está a dinamização e o funcionamento dos órgãos de Poder Local, aproximando-os das populações, quer aproveitando o seu contributo e capacidade de trabalho, em que assume papel relevante a actividade das Comissões de Moradores, quer prestando-lhe regularmente contas das acções desenvolvidas e dos projectos a levar à prática. Considerou-se, ao mesmo tempo, ser de primordial importância a procura de soluções diversificadas no domínio da informação aos eleitos através da edição de boletins, textos, ou simples folhas que dêem, em estilo acessível e forma legível, a imagem do que são as propostas e a actividade dos comunistas para resolver as graves carências que por todo o lado afectam as populações. Abrodando este tema, o camarada Carlos Costa diria:

«O novo Partido tem desenvolvido grandes esforços nesta frente de trabalho e irá certamente continuar a dar-lhe a maior atenção, pois não há dúvidas que a política de direita do Governo de Sá Carneiro, vai trazer sérias consequências também no sector da informação».

Esquerda avança no Técnico

Registaram um assinalável avanço das posições democráticas as eleições para os órgãos de gestão no Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa.

No sector estudantil, a lista unitária, integrando estudantes comunistas, alcançou 518 votos, o que lhe assegura 7 lugares na Assembleia de Representantes. O ano passado a candidatura de esquerda teve o apoio expresso de 494 estudantes, o que correspondeu a 6 mandatos. De salientar, a propósito, que a Juventude Socialista este ano recusou-se a fazer parte da lista unitária («U»).

Entretanto, pela primeira vez, o PPD ficou abaixo dos mil votos. A sua lista, «A», obteve 993 votos, o que dá 14 mandatos na Assembleia. O ano passado recolhera 1104 sufrágios.

Por seu turno, a lista apoiada pelos esquerdistas (UDP e trotsquistas) alcançou 371

votos, ou seja 5 mandatos. No passado ano lectivo tivera 470 votos.

A lista do CDS teve 164 votos e a do MIRN 152, tendo ambas dois representantes. Em 1979, CDS e MIRN concorreram acasalados numa só candidatura, tendo recebido 269 votos.

Dos dados referidos, conclui-se, pois, que a corrente democrática e unitária foi a única que subiu. Caso a JS tivesse participado na lista, esse êxito seria certamente maior.

Entre os professores, foram os seguintes os resultados apurados: lista «A» (PPD/ASD) - 229 votos, 19 representantes; lista «B» (unitária de esquerda) - 143 votos, 11 representantes. No sector dos funcionários da escola, a lista «A» (PPD) reuniu 83 votos (8 mandatos) e a «B» (unitária) 81 votos (7 mandatos). O ano passado, a lista de direita elegeu 10 representantes e a unitária de esquerda apenas 5.

Câmara e Assembleia Municipal tomam posse na Amadora

Num edifício ainda incompleto e na presença da vereação da Câmara de Oeiras e da antiga Junta de Freguesia da Amadora, tomaram posse os primeiros titulares da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal da Amadora - «Município de Abril», como lhe chamam já. Centenas de pessoas assistiram à cerimónia presidida pelo Governador Civil de Lisboa.

Nós vamos trabalhar já a partir de amanhã com o mesmo entusiasmo com que temos trabalhado até agora - afirmou o novo Presidente da Câmara, eleito pela APU, camarada Orlando de Almeida, na intervenção que preferiu perante a assistência onde se destacava a presença dos presidentes da Comissão Instaladora do Município da Amadora e da Comissão de Divisão do Património Oeiras-Amadora, além do 2.º Comandante da PSP de Lisboa, do Comandante da Brigada de Trânsito da GNR, de um oficial que representava o Regimento de Comandos e do

Comandante dos Bombeiros Voluntários da Amadora. Presentes também membros das organizações populares.

O novo presidente recordou a luta pela criação do município. Só o 25 de Abril - acentuou - trouxe as condições que possibilitaram que nós, eleitos dos primeiros órgãos do nosso município, estejamos aqui a tomar posse para desempenho das novas responsabilidades que a população nos confiou.

A consciência dessa confiança e das esperanças que o povo da Amadora depositou no executivo eleito dominou o discurso de Orlando de Almeida que sublinhou a necessidade de um espírito novo e de um novo estilo de trabalho virado para elaboração e realização colectivas dos programas de actividade da autarquia.

Nesta primeira fase serão algumas as dificuldades de acção - afirmou - mas estou convencido de que as perspectivas de trabalho são boas e, a curto prazo, estarão em funcionamento os serviços municipais indispensáveis.

Em contraste com as intervenções dos representantes das outras formações políticas, AD, PS, UDP, que fizeram questão de se demarcar, desta ou daquela forma, da Aliança Povo Unido - falando o representante da AD do à vontade que sentia por ser governo; o da UDP propagandeando essa organização; o do PS

consequindo um discurso à imagem do seu partido - Orlando de Almeida lembrou, por seu lado:

Independente das nossas opções ideológicas, há uma realidade objectiva à qual não é possível fugir: a Amadora espera de nós e exige de todos um trabalho colectivo no sentido de remediar os problemas da vida diária em cada bairro do concelho.

Se alguns de nós - disse ainda - pretendessem cometer o erro de puxar outro sentido, opondo-se aos reais interesses das populações, estaríamos não só a assumir uma grave responsabilidade histórica, como estaríamos ainda a defraudar o voto popular. Ora, tal responsabilidade, parece-me que ninguém quererá incorrer nela.

AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR? A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

- DADOS - NÚMEROS - FACTOS
- RENTABILIDADE - GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições Avante!

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

edições Avante!

edições • popular • especial para coleccionadores

PEQUENO GUIA PARLAMENTAR

OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Qual o lugar da Assembleia da República no sistema constitucional de órgãos de poder? Quais as suas atribuições e competências? Que legislação tem produzido? Como se tem caracterizado a actividade do PCP na AR...?

Os Comunistas na Assembleia da República

Os comunistas mostraram ao país a verdadeira imagem do Governo

Foram os deputados comunistas quem, através dos seus discursos críticos, abordou, afinal, os grandes temas da política nacional, trazendo à Assembleia os problemas concretos do país que o Governo tentou escamotear num programa difuso e em respostas pouco claras.

Foram os comunistas quem, afinal, denunciou as intenções da direita instalada no Governo, dissimuladas em vaga retórica.

Foram os comunistas quem, nos vários dias de debate do programa e da moção de confiança, afinal, proporcionaram ao país, uma visão clara do que estava por detrás das promessas da AD durante a campanha eleitoral e do que está por detrás da AD

e do seu executivo — a intenção de provocar a ruptura institucional, a intenção de levar por diante um projecto de destruição sistemática das conquistas de Abril, retirando a os trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas da população portuguesa as regalias que soberanamente alcançaram e defender, a intenção, ainda, de lhes retirar a esperança em melhores dias e a força de os construir.

Foram, afinal, os comunistas, quem conseguiu com a firmeza da sua crítica, desfazer a imagem que com palavras mansas os ministros procuraram embalar a Assembleia e os levaram a mostrar a verdadeira face de agressividade e de revanchismo.

Falaremos pouco de Abril, falaremos pouco da democracia — confessou Sá Carneiro mais tarde ao hemiciclo, encerrando o debate do programa que tinha antes apresentado. Já nesse momento se encontrava em adiantado estado de decomposição a imagem "democrática" da maioria e dos seus ministros.

E à linguagem imprópria para consumo do "debutante deputado" Sousa Tavares que dissertou sobre as "estruturas nacionais do abuso" abusando de termos pouco edificantes e começando por afirmar que "devia haver uma supressão destas discussões inúteis", juntou-se a de Ribeiro Teles que iniciou o seu discurso com uma saudação fúnebre a que, no passado

parlamentavam. Sem esquecer o agora deputado Cavaleiro Brandão que trouxe ao hemiciclo o seu embaraço e desencanto pela discussão do programa e a arrogância de se declarar partidário do antagónico.

Com efeito, depois da desfaçatez de trazer à Assembleia, pela boca de Freitas do Amaral, os conselhos dos presidentes Giscard e Carter, os modelos a que o CDS e parceiros querem submeter o país, o CDS fez ouvir à Assembleia a desfaçatez de Cavaleiro Brandão que erigiu o 2 de Dezembro em novo 28 de Maio.

ameaças expressas nas palavras do deputado da maioria. Metade da bancada socialista viria a aplaudir Vital Moreira quando o deputado comunista denunciou a tentativa totalitária da maioria governamental.

Mas o PS demonstrou não ter entendido o suficiente para que desse entendimento resultasse votar ao lado do PCP a moção de rejeição proposta pelo grupo parlamentar comunista.

A moção de confiança que o Governo apresentou, porém, foi alvo do voto negativo de toda a oposição — PS, PCP, MDP e o deputado independente pela UDP votaram contra a moção, depois de desmascarada a prova de fraqueza que ela na realidade constituiu — negócio em família, como lhe chamou

Carlos Brito, forma de forçar a maioria a dar o apoio a um programa pouco claro e que deixou dúvidas no espírito de muitos deputados da AD.

Chove sobre a maioria
Se fôssemos acreditar em agouros poderíamos vaticinar que vai ser curta a governação da direita que entrou titubeante em São Bento — passando das falas mansas à arrogância — berrando como Sá Carneiro o fez para se dar a si mais razão, necessitando o Governo que por ele respondessem os deputados do PPD e do CDS.

Não irão faltar no seio da maioria as vozes francamente discordantes, os que preferem o veludo da propaganda às botas de repressão. A maioria não é sólida e arrisca-se

à dissolução. Razão tinha Sousa Tavares para se queixar por duas vezes ao presidente da Assembleia: "Chove na minha bancada, sr. Presidente..."

Mas não vai ser a chuva a varrer de São Bento a arrogância da AD e a fazer cair o Governo ao serviço dos monopólios, dos latifúndios e do imperialismo. Será a determinação e a luta dos democratas, dos trabalhadores, de todos os que estão com o 25 de Abril e dispostos a defendê-lo com firmeza.

Como disse um deputado do PCP, a luta continuará para além deste Governo.

Ou como afirma a declaração de voto dos comunistas: antes ou nas eleições de 1980 o Governo cairá.

O que a AD pretende é pôr em andamento um golpe mascarado contra a democracia

Encerrando, pela parte do Partido Comunista Português, o debate do Programa de Governo apresentado na Assembleia da República, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, proferiu um discurso, que publicamos na íntegra, durante o qual revelou as intenções da frágil maioria de direita que hoje governa o País — liquidar o regime democrático e as suas conquistas, restaurar o poder económico e político do grande capital e dos latifundiários, instaurar um novo sistema político, evoluindo mais ou menos rapidamente para uma ditadura.

Terminou o debate sobre o programa do Governo. Muitos portugueses que ouviram pela rádio ou que acompanharam pelas notícias dos jornais o turbilhão de palavras de um tão longo debate não ficarão talvez com uma ideia suficientemente clara do alcance da política que este Governo se propõe realizar.

A histeria anticomunista das bancadas de apoio ao Governo, os insultos que nós os comunistas muito bem conhecemos do tempo do fascismo, que ouvimos dos acusadores dos tribunais especiais e dos plimbitos salazaristas, mas não esperávamos vir a ouvir no Parlamento do Portugal democrático, não são resposta aos problemas nacionais nem justificação da política de um Governo.

Quando muito são a revelação das ideais e intenções de fundo, que a tangencial, frágil e circunstante maioria desta Assembleia ainda procura provisoriamente encobrir intitulando-se Aliança Democrática.

Um golpe mascarado

Do programa do Governo e das intervenções feitas resulta com toda a nitidez o projecto do Governo e da conjuntura maiorista desta Assembleia: liquidar o regime democrático e as suas grandes transformações e conquistas, restaurar o poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários, instaurar um novo sistema político evoluindo mais ou menos rapidamente para uma ditadura.

O que a AD pretende é pôr em andamento um golpe mascarado contra a democracia que, num processo mais ou menos rápido, conduza à liquidação do Portugal de Abril.

Por muito que desagrade às forças do passado, a Constituição é a Lei Fundamental do País. Está em vigor. O seu cumprimento é obrigatório não só para os cidadãos, como para os órgãos de soberania, incluindo naturalmente a Assembleia da República e o Governo.

E não basta respeitar a Constituição em palavras. É de exigir que seja respeitada nos actos.

Foi por vezes aqui sublinhado que o Governo se limitará ao quadro constitucional, acatará a lei constitucional. Mas, de princípio a fim, toda a política definida em termos gerais, as medidas indicadas, a legislação anunciada, o esquema de revisão constitucional pretendido, violam frontalmente os princípios constitucionais.

A inconstitucionalidade do "novo modelo económico" contra os trabalhadores

Inconstitucional o propósito do Governo de pretender "gerir" não a economia portuguesa com as suas actuais estruturas consagradas na Constituição, mas (como afirma o Primeiro-Ministro), "um novo modelo económico".

O Governo anuncia assim o propósito de se antecipar, na acção governativa, à revisão constitucional, o que viola manifestamente a legalidade democrática e o tão apregoado "Estado de direito".

A linha mestra do programa do Governo é a política de restauração efectiva do poder do grande capital e dos latifundiários.

O Governo pretende restaurar a dinâmica da acumulação, da centralização e da concentração capitalista à custa do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores.

O programa do Governo anuncia, apesar das suas tiradas demagógicas, um agravamento rápido das condições de vida dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, das camadas mais desfavorecidas, dos reformados e deficientes, da população em geral.

Será esse o resultado da maior liberalização dos preços; da subida dos preços constantes do cabaz de compras, que decorre necessariamente da redução das receitas do Fundo de Abastecimento; da camuflada mas real contenção salarial, nomeadamente para as empresas públicas; da intensificação da exploração dos trabalhadores, através dos apelos a uma maior produtividade; da falta de medidas reais para combater o desemprego; da impotência para dar verdadeiro combate à inflação, pois os factores que mais contribuirão para ela no nosso País — elevadas taxas de juro, desvalorização do escudo, altas de preços nos mercados externos, aumentos de lucros — mantêm-se.

Não serão apenas os trabalhadores a pagarem duramente uma tal política.

A revisão da lei do arrendamento rural visa colocar de novo os rendeiros à mercê das extorsões dos senhorios ricos. A nova lei dos baldios, tal como no tempo da ditadura, visa arrancar os baldios aos povos e entregá-los aos ricos caciques locais reacionários.

A política de acumulação, centralização e concentração capitalistas, que a integração no Mercado Comum mais acentuará, atirará para a ruína e a falência milhares de pequenas e médias empresas.

A anunciada pretensão do Governo de gerir "um novo modelo económico", põe abertamente o Governo em confronto com as realidades socioeconómicas expressamente consagradas na Constituição e transparece no carácter anticonstitucional, não só da política geral, como das políticas sectoriais.

A inconstitucionalidade da política contra as nacionalizações

Inconstitucional a política relativa às nacionalizações. A Constituição é expressa. Por força do Artigo 83.º "Todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril são irreversíveis".

O programa do Governo e as intervenções dos seus ministros e deputados mostram com evidência que o Governo se propõe violar ostensivamente este preceito entretanto obrigatório.

O Governo propõe-se manifestamente estrangular financeiramente as empresas públicas através da redução ou eliminação dos subsídios e da limitação do financiamento interno condicionado pelas necessidades do financiamento privado.

O Governo propõe-se abrir ao capital privado sectores nacionalizados, incluindo a banca e os seguros.

O programa do Governo atinge o nível do escândalo quando anuncia "a mobilização dos direitos de indemnização por troca com participações do Estado ou do sector público empresarial, nomeadamente nas empresas indirectamente nacionalizadas".

O Governo anuncia assim, friamente, a intenção de desrespeitar também nesta matéria a Constituição uma vez que, segundo a Lei Fundamental em vigor, quanto às empresas indirectamente nacionalizadas, apenas poderão ser "a título excepcional" ser integradas no sector privado, aquelas que preencham simultaneamente três condições: serem pequenas ou médias empresas, situarem-se fora dos sectores básicos da economia e não terem os trabalhadores optado pelo regime da autogestão ou de cooperativa.

Nós defendemos e defenderemos as nacionalizações como parte integrante do regime democrático e condição para a sua vida e desenvolvimento. Somos nós comunistas que, defendendo as nacionalizações, nos situamos no quadro institucional, constitucional e legal, que o Governo se propõe desrespeitar.

A inconstitucionalidade da política contra a Reforma Agrária

Inconstitucional a política referente à Reforma Agrária, que constitui uma necessidade histórica e uma das mais belas conquistas da revolução portuguesa.

Os partidos do Governo não gostam de ouvir falar na Revolução portuguesa porque sempre agiram contra ela. Mas queiram ou não queiram, ela deu-se pela luta e pela obra do nosso povo e das Forças Armadas. Graças à Revolução de Abril, foi derrubado o governo fascista, foram conquistadas as liberdades e foram realizadas grandes transformações democráticas nas estruturas socioeconómicas. Entre elas a Reforma Agrária.

Numa vasta zona do País, a Reforma Agrária pôs fim, embora parcialmente, aos latifúndios e à correspondente situação de haver por um lado terras imensas e abandonadas pertencentes a umas poucas centenas de famílias de grandes proprietários ausentistas, e por outro lado massas de trabalhadores desempregados grande parte do ano e condenados a uma negra miséria.

A Reforma Agrária transformou radicalmente a vida dos trabalhadores, dos seus familiares, dos seus filhos. E apesar de sofrerem enormes e brutais ofensivas, apesar das ilegalidades e violências dos governos, os trabalhadores da Reforma Agrária deram uma notável contribuição para a economia nacional e para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O Governo anuncia o propósito de levar ainda mais longe a ofensiva inconstitucional e ilegal contra a Reforma Agrária.

Como para a completa restauração dos latifúndios não chega a Lei 77/77, propõe-se fazer uma nova lei. Estabelece como linha de orientação fundamental de estruturação fundiária "a formação de explorações familiares" o que, sendo para aplicar no Alentejo e grande parte do Ribatejo, revela não só o propósito de medidas de desestabilização e violência, como uma profunda ignorância das estruturas agrárias, da composição de classe da população agrícola activa, das características da agricultura e pecuária da zona e também um completo desprezo pela vontade e pela determinação dos trabalhadores e das populações interessadas.

Lembramos que os deputados comunistas que se encontram eleitos pelos círculos da Reforma Agrária, se encontram aqui com o voto da maioria absoluta, não apenas dos trabalhadores, mas da população da zona.

A Reforma Agrária, parte integrante e inalienável do regime democrático, é a causa da maioria do povo, que sabrá lutar em sua defesa.

Nós, deputados comunistas, aqui, na Assembleia da República e desta tribuna, confirmamos que seremos fieis ao compromisso que tomámos perante os eleitores de que defenderemos e defenderemos firmemente a Reforma Agrária. Lutaremos por ela até à sua completa realização.

Propondo-se desencadear uma nova ofensiva contra a Reforma Agrária é o Governo que entra no caminho da ilegalidade e da subversão. E defendendo a Reforma Agrária, somos nós, comunistas, que nos situamos no quadro institucional, constitucional e legal.

A inconstitucionalidade da nova política externa

Também no que respeita à política externa, a intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros não se acomoda com os princípios constitucionais relativos às relações internacionais do Estado democrático português.

Não é servindo de peão de brega aos círculos mais agressivos do imperialismo que Portugal se dignifica e pode resolver os seus problemas. Não é tornando o anticolonialismo mais primário o eixo da política externa de Portugal que se asseguram os interesses do País e a independência nacional.

Portugal está interessado, não em ser um porta-voz da guerra-fria que o condenaria a um progressivo isolamento, mas sim em manter e desenvolver relações de amizade e cooperação com todos os Estados, independentemente do seu sistema social, na base da igualdade, respeito pelos interesses mútuos e não ingerência nos assuntos internos.

Em vez de coléricas e primárias tiradas anticolonialistas, melhor teria sido se o sr. Ministro procurasse uma informação exacta acerca das ingerências e intervenções armadas do imperialismo contra o regime democrático do Alganistão, ingerências e intervenções armadas em que o imperialismo, e particularmente o imperialismo norte-americano, é useiro e vezeiro.

Por muito que pese ao imperialismo, o povo afgão saberá defender a sua revolução que pôs fim a uma monarquia feudal e encaminhou o Alganistão para uma nova vida de liberdade, independência e progresso social.

Anda sobre política externa. O Governo afirma que a integração o mais rápido possível de Portugal no Mercado Comum é "a prioridade das prioridades da política externa portuguesa".

O Governo e as forças que o apoiam confessam agora aquilo que o PCP sempre afirmou e que eles sempre contestaram: que a integração no Mercado Comum não era tanto uma decisão ditada por razões económicas como uma grande operação política visando a destruição das conquistas de Abril.

O que o Governo pretende não é o desenvolvimento económico nacional mas as "alterações estruturais" que restaurem monopólios e latifúndios e que reconduzam Portugal ao capitalismo monopolista de Estado.

Trata-se também não só de uma política que poderá trazer gravíssimos prejuízos à economia nacional, provocar a ruína e a falência de milhares de pequenas e médias empresas, submeter efectivamente o País ao imperialismo estrangeiro, como de uma política que visa uma revisão de facto e ilegal da Constituição antes da sua revisão formal.

Ameaças às liberdades

Com que instrumentos propõe o Governo levar a cabo uma tal política?

O governo sabe bem que a política que anuncia defronta e afronta directamente a nova realidade democrática criada pelo 25 de Abril e defrontará também a opinião, a vontade e a determinação dos trabalhadores e do povo português que, no uso das liberdades e direitos que a Constituição lhes confere, se oporá a uma tal política, no quadro do regime que o Governo quer destruir, mas que é o regime em que todos vivemos.

É porque o sabe, porque sabe que a política que anuncia não poderá ser plenamente realizada no quadro democrático existente, que o Governo se propõe limitar as liberdades e direitos dos cidadãos.

O que significam e o que se pretende com polícias especiais e tribunais especiais? O que se pretende com uma lei referente aos partidos políticos? O seu objectivo particular será apenas obrigar a apresentar as contas anuais? Isso até estaria bem, porque, segundo



O secretário-geral do Partido Comunista Português na intervenção final do PCP sobre o Programa do Governo: "É uma evidência que o Governo e aqueles que o apoiam sobrestimam as suas próprias forças".

parece, o PCP é o único que tem as contas em dia, e é o único que paga à Previdência, ao contrário do que sucede com os partidos governamentais.

Mas certamente não é só isso. E não podemos deixar de recordar que o actual Primeiro-Ministro, quando membro do I Governo Provisório, apresentou também um projecto de lei sobre os partidos políticos, projecto de lei digno dos processos do Mcarthismo de triste memória.

E o que se pretende com a «normalização» da Justiça? E com a criação de um conselho restrito do Conselho Superior de Magistratura? O que se pretende com um serviço de informações?

No texto do programa, na linguagem usada nas intervenções do Governo e, ainda mais claramente, nas intervenções carregadas de intolerância dos porta-vozes concorrenciais do partidos do Governo, repassa o propósito do Governo de recorrer sistematicamente a métodos autoritários e repressivos.

Não é caminho da democracia e do «Estado de Direito». É um caminho apontado para a destruição das liberdades e da democracia.

Três grandes operações subversivas

O real perigo não é só de uma política de direita no quadro do regime democrático. O real perigo é de uma política que visa liquidar o regime democrático.

Apesar de negá-lo repetidamente, o Governo e a sua maioria pretendem de facto a ruptura institucional, na imediata acção governativa, na acção legislativa e no propósito de revisão inconstitucional da Constituição.

Isso é transparente em muitos pontos do programa como acabamos de ver.

Mas aparece como uma finalidade global em três operações políticas anunciadas pelo Governo e para caracterizar as quais não encontramos outra palavra que não seja subversão.

De facto, três grandes operações subversivas contra o regime democrático são lançadas pelo Governo e pelos partidos que o apoiam na Assembleia.

O plano de uma nova lei eleitoral

A primeira é a aprovação de uma nova lei eleitoral que viole os princípios constitucionais.

O sr. Primeiro-Ministro afirmou que o Governo «não teme» as eleições.

É, porém, porque as teme, é porque não confia na democracia, que o Governo pretende fazer aprovar uma nova lei eleitoral que, violando os princípios constitucionais e os mais elementares princípios democráticos, possa garantir de novo a maioria na Assembleia aos partidos que constituem actualmente a «AD», mesmo que baixe significativamente o número e a percentagem de votos nesses partidos.

Os expedientes técnicos já detectáveis são fundamentalmente dois.

Primeiro, uma nova divisão dos círculos eleitorais.

Os círculos eleitorais deixariam de ser os distritos e passariam a ser agrupamentos de concelhos, imaginados de tal modo que, em violação do princípio constitucional da proporcionalidade, os partidos da direita vissem reforçada a sua representação parlamentar.

É certo que a Assembleia da República tem competência para fixar os círculos eleitorais. Mas essa fixação será inconstitucional na medida em que pela reduzida dimensão dos círculos não fique assegurado o princípio da proporcionalidade.

É necessário insistir em que o princípio da proporcionalidade significa fundamentalmente proporcionalidade do número de deputados de cada formação política em relação ao número de votos recebidos.

O princípio da proporcionalidade não admite círculos em que seja eleito um só deputado, como seria o caso se fosse criado o círculo eleitoral de Macau anunciado pelo Governo. O exemplo de Macau mostra as reais intenções do Governo de subverter um princípio fundamental do sistema eleitoral inerente ao regime.

Outro expediente técnico seria a atribuição aos emigrantes de um número mais elevado de deputados.

Nada de admirar que o pasquim fascista «O Diabo» veicule uma proposta de um deputado desta Assembleia no sentido da criação, contra os preceitos constitucionais, de 7 círculos no estrangeiro para a eleição de um total de 9 deputados, sendo 5 desses círculos uninominais.

O plano do referendo

A segunda grande operação subversiva para a destruição do regime democrático é a tentativa de instauração inconstitucional do referendo.

A Constituição é absolutamente expressa nesta matéria. O art.º 3 estabelece que «a soberania, uma e indivizível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição».

E o art.º 111 estabelece que «o poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição».

O «referendo» não está admitido na Constituição e a tentativa da sua introdução por lei ordinária é manifestamente inconstitucional, por muito

que tentem argumentar juristas que interpretam as leis ao sabor da conveniência dos seus partidos, e por muito que se pretenda sobrepor práticas estrangeiras à Lei Fundamental da República Portuguesa.

Para poder alterar a Constituição não basta proclamar que, como pedra de toque de um regime democrático, o que não é proibido é consentido. Se um tal princípio se aplicasse à acção dos órgãos de soberania teríamos a legalidade, o arbítrio e o despotismo.

Estamos absolutamente certos de que, se houvesse um governo do PCP e uma maioria comunista na Assembleia da República, o actual Primeiro-Ministro afirmaria (e com razão) que tal governo e tal assembleia deveriam confinar a sua acção àquilo que lhes era permitido pela Constituição.

Em termos dos órgãos de soberania, a legitimidade democrática dos seus actos vem da Lei Fundamental do País e não das elocubrações subjectivistas de um ou outro Primeiro-Ministro conjuntural.

O plano da revisão inconstitucional da Constituição

A terceira grande operação subversiva para a destruição do regime democrático é a revisão inconstitucional da Constituição.

O Governo pretende desrespeitar os limites materiais da revisão constitucional estabelecidos no art.º 290 que obrigam quaisquer leis de revisão constitucional a respeitar, entre outros princípios constitucionais (cito apenas alguns), os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais, a eliminação dos monopólios e dos latifúndios, o sistema de representação proporcional, a autonomia das autarquias locais.

O Governo pretende também desrespeitar o princípio segundo o qual as alterações da Constituição terão de ser aprovadas por maioria de dois terços.

Tudo isto mostra que o Governo e a sua frágil maioria parlamentar pretendem governar e legislar contra a legalidade constitucional que é a suprema legalidade democrática existente.

No quadro estrito das instituições e do regime e no uso das liberdades e direitos que a Constituição lhes confere, o PCP e com ele, estamos certos, um número crescente de portugueses e portuguesas, opor-se-á firmemente ao Governo e ao seu programa.

A democracia vencerá

É uma evidência que o Governo e aqueles que o apoiam sobrestimam as suas próprias forças.

Querem fazer esquecer que, se têm conjuntamente a tangencial maioria dos deputados, não têm a maioria dos portugueses que, como se sabe, votou nos partidos democráticos.

Querem fazer esquecer que muitos dos votos que obtiveram foram obtidos, sobretudo em algumas regiões, não através da decisão livre dos cidadãos mas das mais diversas formas de coacção física, económica, social, ideológica e até religiosa.

Querem fazer esquecer que os votos que obtiveram não correspondem a uma estável base social de apoio, pelo que, num prazo curto de tempo, perante a real política do Governo, muitos do que votaram na «AD» compreenderão o logro em que caíram.

Querem até fazer esquecer que a invocada maioria «estável e coerente» é menos estável e coerente do que pretendem os seus arautos, porque fazemos a justiça de pensar que nessa maioria nem todos pretendem que a política do Governo actual conduza à instauração duma nova ditadura.

Repetindo a fraseologia dos tempos do fascismo, acerca da «União Nacional» e da «ANP», pregadores dos partidos governamentais dizem que a «AD» não é do PPD nem do CDS mas dos portugueses.

Julgando ter já assegurada a sua continuação e perpetuação no Poder através de eleições antidemocráticas e da revisão inconstitucional da Constituição, os partidos governamentais afirmam que as eleições intercalares de 2 de Dezembro para a Assembleia da República foram «um marco», o marco da marcha «imparável» da «AD».

É excessivo este optimismo.

Continuamos a confiar em que os trabalhadores e as forças democráticas, cuja unidade e acção comum se tornam cada vez mais urgentes, saberão defender Portugal de Abril e as suas conquistas.

Continuamos a confiar em que as instituições e as forças democráticas estão em condições de impedir uma nova lei eleitoral anticonstitucional ou a instituição do referendo.

Continuamos a confiar em que, realizando-se as próximas eleições para a Assembleia da República dentro de 8 meses em condições democráticas, o novo «marco» da «AD» não será uma vitória, mas uma derrota eleitoral que lhe fará perder a frágil maioria na Assembleia da qual actualmente dispõe, obrigando consequentemente à queda do actual Governo, se chegar até lá.

A Revolução de Abril está viva e bem viva no coração, nos sentimentos e na vontade do Povo português, que saberá defender o Portugal de Abril, Portugal libertado do fascismo, Portugal livre democrático e independente.

Os Comunistas na Assembleia da República

O PCP votou a rejeição do programa e votou a desconfiança ao Governo

A Assembleia foi, por duas vezes nos últimos dias, solicitada a dar o seu voto. Uma das votações incidiu sobre as moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo PCP; outra, sobre uma moção de confiança apresentada pelo Governo.

A maioria de direita na Assembleia deu a vitória às forças reaccionárias. Mas, tal como se pode verificar nos excertos das declarações de voto dos comunistas, os ideais da democracia e do 25 de Abril saíram vencedores e as massas populares saberão assumir a sua defesa.

Dias Lourenço

Os propósitos da reacção serão derrotados

Votámos pela rejeição do Programa do Governo porque não se conforma com o Art.º 191.º da Constituição, porque visa criar uma situação de facto inconstitucional, porque aponta à revisão inconstitucional da Constituição;

Votámos a moção de rejeição do Programa porque nele se desenvolve todo um plano de liquidação das grandes transformações democráticas alcançadas depois do 25 de Abril e de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários associados ao imperialismo;

Votámos a rejeição do Programa porque no meio das suas promessas demagógicas se inscreve toda uma acção conducente ao agravamento da situação das classes trabalhadoras, das condições de vida do povo, da crise económica, das dificuldades dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e de outras camaradas e sectores da população, nomeadamente das mulheres, da juventude, dos reformados, pensionistas e deficientes;

Votámos a rejeição do Programa porque ele aponta ao revanchismo e à repressão, à agudização das tensões e conflitos políticos, económicos e sociais e entre os órgãos de soberania, porque ele atenta contra direitos, liberdades



e garantias constitucionais consagradas;

Votámos a rejeição do Programa porque ele agrava a nossa dependência externa e preconiza a nossa submissão e alinhamento com os planos estratégicos, agressivos e belicistas do imperialismo e comporta nessa base um grave risco para a nossa independência nacional.

O Programa que rejeitamos exprime e precisa todo um projecto sistemático de ruptura institucional, de há muito definido pelos componentes da coligação governamental, e por isso ele colide com o Art.º 191.º da Constituição.

Colide com a Constituição o anúncio de uma «lei-quadro do referendo» e de uma nova lei eleitoral antidemocrática;

Colide com a Constituição o anúncio de nova revisão dos limites entre o sector privado e o sector público e nacionalizado e os projectos de desenvolvimento prioritário do primeiro sobre o segundo; colide com a Constituição o estrangulamento prático das empresas nacionalizadas implícito no Programa, a reprivatização da banca e dos seguros assim como a entrega das empresas participadas mais rentáveis ao grande patronato; particularmente no sector estratégico da Banca e dos Seguros, as disposições do

dos da maioria parlamentar.

Colidem com a Constituição os projectos programáticos antioperários de revisão do regime vigente das associações sindicais e das leis do trabalho;

Colidem ainda com a Constituição os objectivos encapitados de revisão inconstitucional da nossa Lei Fundamental que aforam no Programa e nas intervenções do Governo e dos que o apoiam neste parlamento.

(...)

A rejeição do Programa do Governo não conseguiu a aprovação deste parlamento onde apoiado por uma maioria de mandatos obtida com a minoria dos votos consegue impor a sua vontade sobre questões para que não foi legitimamente mandatada.

Votámos compreensivelmente a nossa moção de rejeição e demos o nosso voto positivo à moção do PS embora esta não contemplasse a totalidade da crítica que fazemos ao Programa do Governo. Fizémo-lo com o objectivo de afirmar, numa proposta de particular significado político, uma posição comum ou conjugada dos partidos da oposição face ao Governo. Lamentavelmente o PS não procedeu da mesma forma quanto a este Programa que infringe a Constituição na sua forma e no seu conteúdo.

O Partido Comunista Português lutará por todos os meios que a Constituição e as instituições democráticas outorgam ao nosso povo, não desprezará a mínima possibilidade que a legalidade democrática lhe confere para combater este Governo e o seu Programa.

O Programa que este Governo elaborou e a sua maioria tangencial nesta Assembleia aprovou, será firmemente reprovado na luta diária dos trabalhadores portugueses e do nosso Povo em geral pelos seus direitos, liberdades

e garantias e pela defesa da imperipável herança libertadora e patriótica do 25 de Abril.

A mudança que o Governo se propõe fazer é a mudança do regime,

Alda Nogueira: Substituir o Governo antes ou quando das eleições de 1980

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português acaba de votar contra a moção de confiança apresentada pelo Governo à Assembleia da República. O nosso voto é coerente com a nossa atitude de firme oposição, que aqui tivemos ocasião de definir, amplamente, em relação ao Programa do Governo e à sua previsível actuação.

O que motiva o Governo a suscitar a questão da confiança, escassas horas após ter feito passar na Assembleia da República o seu Programa, é a própria

a mudança do 25 de Abril.

Os propósitos da reacção serão derrotados. Os ideais da democracia saíram vencedores. A vitória caberá uma vez mais e sempre ao 25 de Abril.

Contra esta política de restauração do Poder do grande capital e dos latifundiários, de degradação das condições de vida da maioria dos portugueses e de submissão ao imperialismo, os trabalhadores, as massas populares, saberão assumir a defesa da Constituição, da estabilidade e reforço do regime democrático, dos direitos e liberdades dos cidadãos e da melhoria das condições de vida. Lutam e lutarão pela dinamização da economia portuguesa na base do

O que estava de roto

Porque apresentou o Governo uma moção de confiança maioritária de direita? A esta pergunta respondeu o camarada Alda Nogueira do executivo do PPD/CDS que assim procurou recuperar

Há uma dúvida que neste momento assalta muitos portugueses: a quem vem este debate? A que propósito se requer a moção de confiança, imediatamente após ter passado a prova constitucional da rejeição do seu programa? Estas perguntas são legítimas.

Na verdade, em termos constitucionais, nada exige esta prova suplementar. No nosso sistema de governo, este não carece de um apoio positivo de uma maioria parlamentar, nem precisa de uma investida de confiança para continuar a exercer as suas funções. Para mais, este Governo tem à partida um apoio parlamentar maioritário. Foi constituído na base de uma coligação partidária que se apresentou ao eleitorado como candidato ao governo e que saiu das eleições com a pretendida maioria. Não existe assim a justificação que poderia haver no caso de um governo minoritário que quisesse testar o seu apoio para além das margens do próprio partido governamental. Também não ocorre aqui nenhuma das outras circunstâncias que normalmente costumam justificar moções de confiança: o Governo só agora está em plenitude de funções, mal começado a governar, não se coloca qualquer questão de recontagem de forças ou renovação de imagem desgastada pela usura do tempo.

Não havendo, pois, qualquer necessidade constitucional, nem que justificação de índole política, o que é que explica este pedido de voto de confiança? Será apenas uma manifestação de exuberância, de poder dar-se ao luxo e gabar-se de que, ao contrário de qualquer governo anterior, tem um programa aprovado e não apenas rejeitado? Confessemos que, apesar deste Governo não ser caracterizado pela moderação e pela moderação, se trata de uma débil justificação. Será então para mostrar urbi et orbi que tem, em 250, 128 deputados que constituem uma maioria activa de apoio? Mas quem o duvida? Que se saiba, os resultados eleitorais não foram impugnados. Ou será que a maioria governamental duvida, à partida, de si mesma e que o Governo, como já aqui notou um deputado, inicia o mandato, sob o signo da desconfiança nas suas próprias forças? Será que o Governo procura, através deste expediente, amarrar os seus deputados ao programa e, desse modo, tomar estável e sólido à força aquilo que teme não ser consistente?

A explicação tem pés para andar. Não se ignora a relativa heterogeneidade que compõe o cartel das forças governamentais. Embora tenham já sido decididas as quotas de entrada de capital de cada uma, ainda não se ultimou a distribuição de cargos dirigentes, e sobretudo, as regras de distribuição de lucros (ou melhor, de perdas).

Três coelhos de uma cajadada

Mas, apesar de plausível, esta explicação parece não ser suficiente para tão grande operação. Precisamos ir mais longe. Se atentarmos no texto da moção, não será difícil atingir mais fundamente os propósitos do Governo. Ele pede aos seus deputados o reconhecimento expresso e o compromisso explícito em como tem as condições necessárias para executar, de forma cabal, o programa. Fica propostamente a expressão «de forma cabal», aliás explicitamente destacada no texto. O Governo não se limita a pedir uma declaração genérica de confiança, um compromisso expresso sobre um princípio político particular ou sobre um ponto político concreto. Não: pede a confiança para a execução, de forma cabal, do programa, de todo o programa, em conjunto e em cada uma das suas partes.

O significado disto torna-se evidente: primeiro, legitima-se a depuração do programa do Governo daquelas promessas que figuravam no programa Eleitoral e se perderam pelo caminho; segundo, tenta comprometer a Assembleia da República, enquanto tal, nos projectos e propostas de ruptura institucional contidas no programa, numa espécie de cobertura e de pré-votação do programa legislativo do Governo; terceiro, elimina-se à partida qualquer velevidade de afirmação de autonomia por parte de qualquer dos grupos componentes da maioria governamental, designadamente dos não representados no Governo. Haveremos de confessar que três coelhos de uma cajadada não é maldade.

Mas não ficam por aqui os propósitos da moção de confiança. Verifiquemos que o primeiro considerando do texto apresentado pelo Governo contém a citação de uma fórmula constitucional que, pela sua evidência e superfluidade, parece insólita: «Que significado poderá ter a citação, à cabeça, da afirmação de que o Governo é o «órgão» de condução da política geral do País? Não parece ser difícil desmontar a motivação e o propósito. Mediante a moção de confiança, o Governo muito simplesmente, procura munir-se de uma arma de arremesso político que não é alheia a uma situação de crise. A referência à Constituição dá-lhe a aparência de uma viragem a enfrentar com a execução do seu programa e do seu projecto político designadamente com as suas propostas de subversão constitucional invocando a confiança de uma Assembleia recém-eleita, o Governo prepara-se para enfrentar, em posição de força, reivindicando um domínio reservado quanto à condução política do País, outros órgãos de soberania que, entretanto, constitucionalmente são chamados a participar e a intervir, por variadas formas, nesse mesmo domínio.

«A política externa deste governo é a dos meios internacionais mais reaccionários e agressivos»

Acatelemo-nos todos, os que amamos a paz, prezamos a independência nacional, e temos a cabeça lúcida para não nos deixarmos intoxicar pelo terrorismo ideológico e a tchanhez política dos «ultras». Acatelemo-nos contra os actos insensatos dos que se pretendem mais papistas que o papa, contra os cégos desesperados que nos querem arrastar com eles para o abismo.

Linha saliente dos propósitos do Governo neste domínio, é o que ele almeja de «unidade de política externa» nacional, e se resume efectivamente em monopolizar para si a definição, condução e representação dos interesses e acção de Portugal na arena internacional, especialmente constitucionalmente abusiva, a intervenção de qualquer outro órgão de soberania, o concurso das forças políticas, sociais que constituem a integridade do corpo da Nação.

Ora, os que hoje assim falam das cadeiras do Governo, são precisamente os mesmos que, no passado, foram activos protagonistas, no interior e no exterior do País, de uma «diplomacia» paralela e hostil à do Estado português, em ligação inclusivo com desclassificados mercenários e espões estrangeiros. Defendiam então, contra a política externa do Estado português, interesses de seta que se não confundem com os interesses nacionais.

Agora, ocupado o Governo, querem transplantar para aí a defesa daqueles particulares interesses, pretendendo para tanto impedir a intervenção e concurso de outros órgãos de soberania e forças representativas do Povo e da Nação portuguesa.

Acatelemo-nos todos, os que amamos a paz, prezamos a independência nacional, e temos a cabeça lúcida para não nos deixarmos intoxicar pelo terrorismo ideológico e a tchanhez política dos «ultras». Acatelemo-nos contra os actos insensatos dos que se pretendem mais papistas que o papa, contra os cégos desesperados que nos querem arrastar com eles para o abismo.

Linha saliente dos propósitos do Governo neste domínio, é o que ele almeja de «unidade de política externa» nacional, e se resume efectivamente em monopolizar para si a definição, condução e representação dos interesses e acção de Portugal na arena internacional, especialmente constitucionalmente abusiva, a intervenção de qualquer outro órgão de soberania, o concurso das forças políticas, sociais que constituem a integridade do corpo da Nação.

Ora, os que hoje assim falam das cadeiras do Governo, são precisamente os mesmos que, no passado, foram activos protagonistas, no interior e no exterior do País, de uma «diplomacia» paralela e hostil à do Estado português, em ligação inclusivo com desclassificados mercenários e espões estrangeiros. Defendiam então, contra a política externa do Estado português, interesses de seta que se não confundem com os interesses nacionais.

Agora, ocupado o Governo, querem transplantar para aí a defesa daqueles particulares interesses, pretendendo para tanto impedir a intervenção e concurso de outros órgãos de soberania e forças representativas do Povo e da Nação portuguesa.

«alinhadinho com os ditames dos círculos mais reaccionários, agressivos e aventureiros do imperialismo, que nem sequer outras forças de direita, e nem sequer outros seus parceiros da NATO e da CEE, se curvam a adorar. Exigimos do Governo mais comedimento, menos irresponsabilidade: reclamamos das outras forças políticas democráticas, pacíficas, e simplesmente sensatas e patriotas, que elevem a sua voz contra a linha «ultra» deste Governo em matéria de política internacional e de consequências bem sensíveis para os interesses, a segurança e a vida do Povo português.

Quando à «prioridade da política externa» deste Governo, a adesão à CEE, não há inovações de novo e o forte aceno de rapidez e o carácter universal da sua obsessão em moldar à força toda a vida nacional aos figurinos estrangeiros que são os seus.

Porém, nem a realidade histórica, económica, social e política de Portugal é a dos modelos estrangeiros que nos querem impor, nem a nossa lei fundamental é o tratado de Roma, mas a Constituição da República Portuguesa — pelo que esse objectivo específico deste Governo de 280 dias não é realizável.

Estão para nós claras as consequências desastrosas desta política para largos sectores económicos e sociais do País, para os trabalhadores e as classes médias, para os interesses vitais do progresso e da independência de Portugal, e a ausência de escrupulos e cuidados que a pressa obsessiva do Governo põe em relevo. Congratulamo-nos pelo facto da personalidade de outros sectores políticos

externa deste Governo. Governo e programa que não servem os interesses do povo e de Portugal, como não servem a causa da paz, do desarmamento, da cooperação e do progresso social no mundo.

O PCP considera que uma política externa independente, progressiva e democrática em Portugal. Por isso defendemos as seguintes linhas de orientação fundamentais: — Diversificação das relações externas de Portugal na base da igualdade, respeito pela soberania nacional, interesses mútuos, sem ingerências nas questões internas;

— Desenvolvimento de relações de amizade e verdadeira cooperação com os países capitalistas, e acordos com o Mercado Comum, excluindo a adesão ou integração económica ou política;

— Não incremento do empenhamento de Portugal na NATO e recusa aos seus novos planos, nomeadamente a instalação dos «cruise missiles» e alargamento da área de intervenção;

— Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países socialistas, e ingerências políticas para com eles;

— Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países do chamado «Terceiro Mundo»;

— Uma política de paz, favorável ao desarmamento, ao desarmamento, à dissolução dos blocos, ao cumprimento dos Acordos de Helsínquia, com participação activa da ONU e suas organizações;

A política externa portuguesa tem de assentar nas novas realidades do mundo, e não nos princípios da Constituição, na defesa intransigente dos interesses, do progresso e da independência de Portugal, e a ausência de escrupulos e cuidados que a pressa obsessiva do Governo põe em relevo. Congratulamo-nos pelo facto da personalidade de outros sectores políticos



«Como se o governo Mota Pinto não tivesse sido do PPD e do CDS...»

O Governo mostra claramente pelas medidas que aponta (manutenção das taxas de juro, limitação do crédito, atenuamento das regras de funcionamento das empresas, etc.) que a situação económica externa, continuada do processo inflacionista) que quando fala na iniciativa privada está a pensar no grande capital que conduziu no passado milhares de empresas à ruína e que conduziu Portugal às últimas escalas de desenvolvimento.

É que o problema da economia portuguesa não reside no sector nacionalizado, nem há qualquer oposição entre o sector público e o sector privado com a direita pretendente fazer crescer. O problema reside sim na política que tem vindo a ser seguida e que este Governo pretende aprofundar.

Na verdade, quando este Governo defende a existência de bancos e companhias de seguros privados, numa clara afronta ao texto constitucional, e deixa no esquecimento uma política de crédito favorável à expansão das empresas, à produção nacional, ao desenvolvimento económico, será que está a pensar nos milhares de pequenos industriais (em fazê-los banqueiros) ou nos interesses dos Mellos, Cupertino e outros que tais.

Quando este Governo afirma que acabará, a cobertura da CEE, com a actividade de certos organismos económicos em relação à aquisição e distribuição de certos

gêneros alimentares, será que está a pensar nos comerciantes deste país, a quem ao longo de todo o seu programa não lhes dedica nem uma só palavra, ou nos grandes armazéns importadores, muitos deles responsáveis directos pelo agravamento e pela especulação.

Aliás, a experiência neste campo está feita quer antes do 25 de Abril, quer mais recentemente com o Governo da AD, o Governo Mota Pinto que, por exemplo, ao liberalizar os preços da carne de porco e de vaca, conseguiu que de Abril a Dezembro de 79 aqueles aumentassem respectivamente 60 a 90%.

Podem dizer-se que todas as intenções ou medidas de carácter económico constantes do Programa são justificadas ou determinadas pela adesão de Portugal à CEE. Daí que o essencial das políticas industrial e agrícola apresentadas no Programa tenham em vista a adesão de modo a fazer pesar o factor externo na destruição das conquistas dos trabalhadores e não a resolução dos problemas nacionais. Chegamos mesmo a perceber a eliminação de empresas embora uma forma camuflada quando se afirma, por exemplo, a necessidade da «reestruturação do aparelho industrial português na óptica concorrencial que decorre da nossa futura integração europeia».

Tal como Pilatos, o Governo apresentou-se aqui como se nada tivesse a ver com a situação económica, como se não fosse com a pressão e aprovação de um órgão de soberania, o PPD e do CDS que se deu início à política dos pacotes e do FMI, como se o CDS não tivesse feito parte do II Governo Constitucional, como se o Governo próprio OMS que qualquer Serviço Nacional de Saúde, seja ele de que tipo for, assenta na criação prioritária de uma rede de Cuidados Primários de Saúde, que inserida nas Comunidades Locais, dê resposta efectiva às suas necessidades.

É hoje mundialmente reconhecido, e pela própria OMS que qualquer Serviço Nacional de Saúde, seja ele de que tipo for, assenta na criação prioritária de uma rede de Cuidados Primários de Saúde, que inserida nas Comunidades Locais, dê resposta efectiva às suas necessidades.

É hoje mundialmente reconhecido, e pela própria OMS que qualquer Serviço Nacional de Saúde, seja ele de que tipo for, assenta na criação prioritária de uma rede de Cuidados Primários de Saúde, que inserida nas Comunidades Locais, dê resposta efectiva às suas necessidades.

Ora, não contempla o Governo tão fundamental questão com uma linha única do seu Programa.

Prometer objectivos sem se esboçar no mínimo a criação de meios para os alcançar, é o que faz o Governo, e o isso chama-se DESEMPENHO.

Mas nem só as populações tem razões sobejas para olharem com apreensão o futuro.

Também os profissionais da Saúde não podem dedicar uma única linha e questões tão importantes como a da humanização dos Serviços quer na perspectiva de quem neles trabalha quer na dos utentes, ignorando-se assim as suas condições de trabalho muitas vezes degradantes.

Por outro lado, a também anunciada revisão da legislação, que respeita à gestão democrática dos hospitais, poderá não querer dizer mais do que a ameaça de pôr fim à participação dos trabalhadores.

Não deverá ter sido por esquecimento que nada se fez para resolver os problemas das grandes unidades médicas mais novas, que estimam em cerca de 7 000 médicos jovens lhas remanescendo-se toda esta problemática para a imprecisão da tentativa de aperfeiçoamento das carreiras dos profissionais de Saúde? É esta a posição que vem de actual com a política de actual direcção da Ordem dos Médicos, directamente representada neste Governo e neste sector, na pessoa de um seu dirigente, organismo esse que como solução para os graves problemas dos médicos jovens lhes aponta o país das maravilhas da Medicina Privada e Convencional, ao mesmo tempo que aponta restrições às carreiras hospitalares, hostiliza a nova carreira do Clínico Geral e subestima a Saúde Pública.

Não deverá ser igualmente por esquecimento que nada se diz também no Programa do Governo quanto à Política de Medicamentos. Não será o Governo da AD que se preocupará em controlar e disciplinar os lucros escandalosos das multinacionais farmacéuticas, e

privilegiando a Indústria Nacional e racionalizando o uso de medicamentos. Pelo contrário, a não inclusão no Programa do Governo do Plano de Saúde qualquer referência a esta matéria só se entende, à luz da protecção aos grandes interesses capitalistas, em detrimento do sofrimento de quantos após a travessia do autêntico mar de tormentas até terem direito a uma consulta médica, se vêem incapazes de suportar os custos das terapêuticas instituídas.

O direito à Saúde é hoje sentido profundamente pelo nosso Povo e o SNS é já uma aspiração institucionalizada a que nem este Governo consegue fechar os olhos.

A tentativa de também aqui se fazer andar para trás as conquistas alcançadas, em particular a criação de um SNS universal, geral e gratuito irá deparar com a forte e intransigente oposição das populações e da maioria dos Trabalhadores da Saúde, e que a esses trabalhadores se lhes antecipa a sua participação intransigente neste esforço.

Por outro lado é, legítimo, assim, que reclamamos que o Governo diga perante esta Assembleia e o Povo português que se cumprirá integralmente a Lei de Finanças Locais em 1980 e adoptar a organização e o funcionamento da Administração Central de modo a assegurar às autarquias locais o apoio técnico que a implementação da lei de delimitação dos investimentos do Poder Local reclama.

Porém, estranhamente, este Governo nem sequer fala desta última iniciativa legislativa no seu Programa.

Por outro lado é, legítimo, assim, que reclamamos que o Governo diga perante esta Assembleia e o Povo português que se cumprirá integralmente a Lei de Finanças Locais em 1980 e adoptar a organização e o funcionamento da Administração Central de modo a assegurar às autarquias locais o apoio técnico que a implementação da lei de delimitação dos investimentos do Poder Local reclama.

Porém, estranhamente, este Governo nem sequer fala desta última iniciativa legislativa no seu Programa.

restando Administração Local e Central e Local em matéria de investimentos.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do PCP já solicitou formalmente ao Senhor Presidente da Assembleia da República a realização de uma Conferência de representantes das forças aqui representadas, com vista à delimitação do processo adequado à aprovação da Lei de Finanças Locais, em particular para a concretização da autonomia do Poder Local e para a resolução dos problemas das populações.

Da parte do Governo, e para cumprimento da Constituição e da Lei, impor-se-á dar integral cumprimento à Lei de Finanças Locais em 1980 e adoptar a organização e o funcionamento da Administração Central de modo a assegurar às autarquias locais o apoio técnico que a implementação da lei de delimitação dos investimentos do Poder Local reclama.

Porém, estranhamente, este Governo nem sequer fala desta última iniciativa legislativa no seu Programa.

Por outro lado é, legítimo, assim, que reclamamos que o Governo diga perante esta Assembleia e o Povo português que se cumprirá integralmente a Lei de Finanças Locais em 1980 e adoptar a organização e o funcionamento da Administração Central de modo a assegurar às autarquias locais o apoio técnico que a implementação da lei de delimitação dos investimentos do Poder Local reclama.

Porém, estranhamente, este Governo nem sequer fala desta última iniciativa legislativa no seu Programa.

Por outro lado é, legítimo, assim, que reclamamos que o Governo diga perante esta Assembleia e o Povo português que se cumprirá integralmente a Lei de Finanças Locais em 1980 e adoptar a organização e o funcionamento da Administração Central de modo a assegurar às autarquias locais o apoio técnico que a implementação da lei de delimitação dos investimentos do Poder Local reclama.

Acções de primeira linha no reforço do Movimento Sindical

- Visita da CFDT
- III Congresso da CGTP-IN

Numa semana com várias acções de relevo para o reforço da unidade e da organização sindical, figuram na primeira linha a preparação do III Congresso da CGTP-IN e a visita a Portugal de uma delegação da CFDT. Juntas à análise do programa do Governo pela Central unitária e às medidas preconizadas pelo Seminário sobre Segurança Social, essas acções e os seus resultados a curto e a médio prazo apontam para uma ainda maior representatividade e força do Movimento Sindical Unitário, para a intensificação das suas relações a nível internacional e para novas vitórias na luta contra o divisionismo e contra as ameaças e os ataques às liberdades, direitos e garantias constitucionais dos trabalhadores, de que está recheado o programa do Governo da Aliança Reaccionária, apresentado recentemente na Assembleia da República.

A preparação do III Congresso intensifica-se. Plenários e outras reuniões têm ocupado dirigentes e delegados sindicais em vários distritos, enquanto prossegue a discussão das teses com a participação dos trabalhadores. Na última semana, realizaram-se plenários sindicais no Porto, em Évora, Braga e Viana do Castelo. Em Lisboa, decorreu no sábado, com grande representatividade, o Seminário Sindical da Segurança Social, integrado também na preparação do Congresso. Ao mesmo tempo, prosseguiram as reuniões por sectores, nomeadamente, a dos metalúrgicos em Setúbal, e dos técnicos de desenho no Porto.

Em todas essas iniciativas muito participadas, a juntar a outras que em número elevado já se realizaram por todo o País, fica bem

assinalada a relevância que irá ter este Congresso "na perspectiva do fortalecimento da unidade e da organização sindical, na defesa do regime democrático e na consolidação da CGTP-IN, como baluarte da defesa dos trabalhadores" - lê-se nas conclusões aprovadas no plenário distrital de 17 do corrente, no Porto, que reuniu centena e meia de dirigentes sindicais do distrito.

Os anteprojectos, que deverão ser discutidos pelo maior número possível de trabalhadores de todos os sectores de actividade, dizem respeito aos estatutos da Central, ao caderno reivindicativo e ao programa de acção. Através do debate alargado e sem quaisquer limitações, esses documentos corresponderão, na sua fase final, aos anseios expressos democraticamente pela grande massa dos trabalhadores portugueses.

A CFDT em Portugal

"Contribuir para o fortalecimento do movimento sindical na Europa" e para "o estreitamento das relações entre as duas centrais sindicais" foram os objectivos da visita que a delegação de alto nível da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) acaba de fazer a Portugal. Convidada pela CGTP-IN, a delegação, que foi recebida pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, era chefiada por Edmond Maire, secretário-geral da CFDT, e incluía mais dois dirigentes de alto nível: Jacques Chereque, secretário-geral adjunto, e Roger Briesch, secretário confederal para as relações internacionais.

Numa situação de luta aberta contra o divisionismo em Portugal, o significado desta visita e os seus resultados ganham um relevo assinalável e vêm fortalecer internacionalmente, a linha da defesa intransigente da unidade e dos princípios de independência, democracia e liberdade sindicais praticados pela CGTP-IN.

O apoio expresso da CFDT, central sindical de orientação socialista autogestionária (a segunda maior organização sindical francesa), à "luta dos trabalhadores portugueses, em defesa das conquistas da Revolução" (palavras de Edmond Maire) funcionam como um apelo ao reforço cada vez maior das posições unitárias dos trabalhadores portugueses, independentemente das suas opções políticas.

Consideramos a CGTP-IN a Central sindical histórica dos trabalhadores portugueses; a Confederação que os trabalhadores escolheram livremente - declarou Edmond Maire na conferência de imprensa que deu em Lisboa. O reconhecimento público desses factos, designadamente no âmbito da "total coordenação da acção sindical", no que respeita aos emigrantes portugueses em

França, e no apoio expresso pela CFDT à adesão da CGTP-IN à Confederação Europeia de Sindicatos (CES) terão reflexos práticos, a curto e a médio prazo, na defesa das posições que interessam a todos os trabalhadores portugueses.

A visita da delegação da CFDT significa ainda uma derrota clara para os divisionistas da UGT, que enchem a boca com os seus apoios internacionais para esconder a sua nula representatividade interna, como de resto reconheceu, em parte, o secretário-geral da CFDT ao afirmar: "Constatamos que a UGT ainda não provou a sua representatividade e, por outro lado, pensamos que se trata mais de uma criação política (leia-se partidária) do que sindical".

Agravar a política contra os trabalhadores

O secretário nacional da CGTP-IN analisava, entretanto, o programa do Governo apresentado na

Assembleia da República, que considerou "uma confissão clara do fracasso da política que tem sido seguida por imposição do FMI, a qual teve sempre o apoio e o incitamento dos partidos que integram a aliança do grande patronato agora no Governo". O programa é também a declaração de que essa política, que "teve resultados desastrosos para os trabalhadores e para o País", vai continuar "de forma agravada", acrescenta o secretário da Central, que refere a seguir:

O actual Governo compromete-se a "melhorar a lei das indemnizações", o que significa que os grandes capitalistas e agrários ainda não estão satisfeitos com os 150 milhões de contos que iam receber; compromete-se também "a garantir mais verdade e transparência na formação dos preços", o que significa novos aumentos de preços; o Governo considera também que o direito penal económico é "marcadamente sobrediscriminador" (!) o que significa que tenciona dar maiores facilidades aos especuladores, falsificadores e açambarcadores; o Governo tenciona "desburocratizar o controlo dos preços, o que determinará que os aumentos de preços sejam ainda mais frequentes do que no passado; o Governo do grande patronato pretende também acabar com aquilo a que chama "monopólios estatais", o que significa que a importação de produtos essenciais para a população,



Edmond Maire, secretário-geral da CFDT

como sejam o trigo, a carne, etc., serão entregues aos grandes intermediários para estes embolsarem fabulosos lucros à custa dos trabalhadores; o Governo do grande patronato pretende "conter a contratação colectiva, o que significa que novos obstáculos serão criados à revisão das tabelas salariais e à publicação de novos contratos colectivos. E a lista das "promessas", muito mais extensa, prossegue com os ataques à Reforma Agrária, às nacionalizações e com a ameaça de "revisão global da legislação do

trabalho", que facilmente se entende como mais e variados ataques aos direitos e interesses dos trabalhadores.

Perante a análise do programa do Governo, a CGTP-IN afirma que "os trabalhadores e as suas organizações têm força suficiente para tomarem a iniciativa de lutarem pela efectiva aplicação de todos os seus direitos e garantias, com plena confiança de que é através da luta de massas que os seus direitos e interesses serão defendidos".

Lutas nas empresas O conselho de gerência agrava o conflito na CP

Enquanto na RN novos salários põem termo às paralisações, a situação agrava-se na CP e na SEPSA. Entre os ferroviários, o caminho da luta abre-se de novo devido às posições insustentáveis de um conselho de gerência, cuja substituição é exigida num abaixo-assinado, com milhares de assinaturas, entregue aos órgãos do Poder. Na SEPSA (Porto) os metalúrgicos vêm-se forçados a paralisar para negociarem um caderno reivindicativo. Nessas, como noutras empresas, estão em jogo direitos e interesses vitais, com relevo para a contratação colectiva e o controlo de gestão. Contra a degradação das empresas (na CP os «síntomas» são mais que conhecidos) os trabalhadores apresentam propostas sensatas e realistas em defesa dos postos de trabalho e da economia nacional.

O saneamento económico-financeiro da CP é uma das reivindicações que os trabalhadores ferroviários apresentam como mais URGENTE para evitar a degradação da empresa que o actual conselho de gerência (CG) tem agravado. Num abaixo-assinado subscrito pela maioria dos ferroviários da CP, entregue recentemente aos órgãos do Poder, reclama-se uma nova política de gestão e um novo conselho de gerência. O respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores é outra das reclamações formuladas no abaixo-assinado, entregue numa altura em que os gestores actuais vêm de mãos vazias para as negociações do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), depois da interrupção que impuseram pelo Natal.

"Já com a porta aberta para deixar a CP — lê-se na 'Informação Semanal' de 'O Ferroviário' — o actual CG (o texto põe Gerência entre aspas para salientar a péssima qualidade, ou a inexistência, da gestão actual) insiste em levar à prática a sua política de confrontação com os trabalhadores". Negando-se, embora sem êxito, a pagar «os salários dos trabalhadores que foram designados para fazer parte das mesas de voto na recente consulta para a escolha dos estatutos da CT», o actual CG «pretendeu subverter o espírito da Lei das CT's (46/79) numa tentativa de levar os trabalhadores, «pele desgastada, a não participarem nos actos que a actividade dos seus

órgãos representativos lhes exige». O pagamento desses salários acabou por ficar garantido, mas só depois de «algumas reuniões de negociação» dos representantes dos trabalhadores com o conselho de gerência.

O caminho da luta

As negociações para a revisão do ACT marcam passo, salienta a Federação que aponta, como exigência, o caminho da luta para acabar com a posição insustentável do conselho de gerência que, se aparece na mesa de negociações, é «só para bater o pé com as suas propostas», desrespeitando em absoluto os direitos dos trabalhadores e manifestando «um acintoso desprezo» pelas suas reivindicações.

O secretário da Federação sindical, que acusa o CG de «boicote», salienta que, decorridos três meses desde o início das negociações do ACT, continua

a não existir acordo em qualquer matéria. O CG mantém a atitude de protelar indefinidamente as negociações com interrupções sobre interrupções, fugindo «às suas responsabilidades e a uma negociação séria e honesta» - frisa ainda o secretário adjunto acrescentando que «a entrega do abaixo-assinado e as reuniões que as direcções sindicais estão a realizar ao longo da linha são acções que se integram na preparação do caminho da nossa luta, que nos garantirá a satisfação das nossas justas reivindicações».

Quanto ao regulamento de carreiras, o secretário adjunta que «a arbitragem imposta pela atitude de intransigência do CG, não sendo embora a solução ideal, é a saída possível para evitar o protelamento da definição de uma estrutura de carreiras e funções na CP».

Designadamente através de «O Ferroviário», órgão mensal da Federação, o secretário faz notar com firmeza que, de todas as questões relacionadas com o ACT e regulamentos, com o cumprimento da Lei das CT's e com a nova gestão exigida para a CP, ressalta a necessidade inadiável de reforçar a unidade em acções concretas, que interessam, sem excepção, a todos os trabalhadores ferroviários, que interessam à definição e à prática de uma verdadeira política de transportes e ao saneamento económico e financeiro da empresa, para que se acabe de vez com a sua degradação.



Novos salários na Rodoviária Nacional

Cerca de 23%, obtidos sem quaisquer condicionamentos, é o aumento global dos salários da RN, nos termos do acordo firmado entre a comissão negociadora sindical (CNS) e o conselho de gerência (CG) daquela empresa pública. O acordo, que levou à desconvoação de duas paralisações previstas para 16 e 22 do corrente, não depende da fixação de novos horários, como pretendia o CG e foi recusado pelos trabalhadores, que fizeram duas paralisações contra essa pretensão e pela revisão salarial agora alcançada.

As negociações do ACT ainda não estão concluídas. Falta nomeadamente, actualizar as diuturnidades

Paralisações na SEPSA

Na linha das paralisações já efectuadas, os trabalhadores da SEPSA vão prosseguir com essa forma de luta nos dias 25 e 29 do corrente, se se mantiver a posição dos administradores, que se recusam a negociar um caderno reivindicativo incluindo o controlo de gestão.

O secretário da Célula do PCP na empresa (metalúrgica e metalomecânica do Porto) afirma que, se os responsáveis da SEPSA aceitarem discutir o caderno reivindicativo, verificarão que ele se orienta para melhores condições de trabalho, que «não são inrealistas nem traduzem reivindicações insensatas», como pretende o patronato. «Isento e irrealista» - frisa o secretário - é, por exemplo, escamotear a verdadeira situação da carteira de encomendas; deixar escorregar os prazos de entrega, conduzindo a encargos não justificados; é promover investimentos sem um programa definido; é deixar degradar a situação financeira com uma gestão deficiente nos sectores de facturação e tesouraria; é não reconhecer aos trabalhadores o direito de controlarem o funcionamento e a gestão da empresa». Para defenderem, inclusivamente, os seus postos de trabalho.

No Domingo Agricultura de Lisboa - um voto indispensável para um Sindicato forte

Por uma ampla sindicalização, pondo em marcha campanhas que tragam ao Sindicato milhares de trabalhadores, para que possamos atingir uma força e uma eficiência que permitam melhor defender as nossas posições, é uma das frentes de luta que os trabalhadores agrícolas irão apoiar no próximo domingo, dia 27, ao votarem nas eleições para o seu Sindicato do distrito de Lisboa.

Votar para a eleição dos cor-

pos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa é, na situação actual da grande massa dos assalariados rurais por todo o País, um acto de grande importância para a defesa de reivindicações essenciais, que outros trabalhadores já conquistaram, sobretudo devido à força e à unidade dos seus Sindicatos.

Proibidas pelo fascismo, as associações sindicais do sec-

tor agrícola precisam hoje de um apoio de todas as horas. E são os trabalhadores agrícolas os primeiros a ser chamados a dar esse apoio (um apoio a si próprios) que passa por uma grande votação nas eleições sindicais.

Os problemas, as carências, as dificuldades são tão grandes, que os Sindicatos agrícolas não podem dispensar um voto sequer, para conseguirem intervir decisivamente na defesa dos interesses, direitos e ga-



rantias, que devem ter expressão adequada em salários e outras regalias a conquistar precisamente através dos Sindicatos, em acções e lutas por objectivos comuns.

Os trabalhadores agrícolas têm que se mobilizar cada vez mais para a defesa desses direitos, interesses e garantias. Votar nos seus camaradas de trabalho, por um Sindicato forte e activo, é parte indispensável dessa mobilização e do empenho em construir uma vida melhor.

Interrogatórios policiais na Banca

Nos Bancos Espírito Santo (BESCL) e Pinto & Sotto Mayor (BPSM) «têm sido instaurados inquéritos a trabalhadores». Elementos das respectivas estruturas representativas, ou que até há pouco tempo a elas pertenciam, «têm sido chamados a interrogatórios policiais». Essas acções «inseparáveis numa campanha organizada com objectivos anticonstitucionais», afirma o Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP que faz um apelo à «solidariedade activa de todos os trabalhadores bancários para com os nossos camaradas de trabalho vítimas de repressão» e à luta em defesa da banca nacionalizada, nomeadamente, através de «um forte movimento de massas».

O livre exercício da actividade da organização sindical ou das sub-comissões de trabalhadores naqueles Bancos é motivo de inquérito e de interrogatórios, como sucedeu com os delegados sindicais no departamento internacional do BESCL.

Estão em causa interesses vitais de todos os bancários. A repressão que se pretende instaurar é um atentado aos direitos, liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores.

A «campanha organizada» envolve o Ministério das Finanças e a Secretaria de Estado do Tesouro. Como «exemplos

graves» da actuação daqueles órgãos do Governo, o comunicado da Direcção do Organismo assinala «as dificuldades» no reconhecimento dos trabalhadores eleitos para as comissões de fiscalização e o facto de ainda não terem tomado posse os representantes dos trabalhadores para os conselhos de gestão, eleitos nos termos da Lei 46/79.

A pretensão de defesa do sigilo bancário, a repressão que agora se pretende instaurar tem por fim criar condições para uma gestão corrupta e desmoralizadora, que permita a criação de banca privada. Num sector de

tão grande importância para a reorganização do poder dos ex-monopolistas, as forças da direita têm necessidade de impedir que os trabalhadores exerçam o controlo de gestão contra a sabotagem dessa grande conquista que é a nacionalização da banca, lembram os bancários comunistas.

O despacho sobre o sigilo

No despacho governamental sobre o sigilo bancário é onde melhor se desenha a actuação repressiva. «Reforçando a burocratização dos circuitos internos do Banco — acrescenta o comunicado — pretende-se com esse despacho limitar o controlo de gestão e deturpar os direitos consignados na Lei das CT's (Lei n.º 46/79). Chega-se a aconselhar, para uma melhor eficácia, a implementação ou o aperfeiçoamento de acções de carácter interno e repressivo».

O princípio deontológico do sigilo bancário sempre foi respeitado pelos trabalhadores ao longo da sua luta em defesa da

banca nacionalizada, sublinha o comunicado. Mas esse facto nunca impediu que os bancários denunciasses firmemente os ataques às nacionalizações, como conquista e alicerce do regime consagrado na Constituição.

«Após a divulgação num jornal diário dos casos do crédito mal parado, o Ministério das Finanças e os gestores montepinistas correram lestos a reprimir, sem que, no entanto, tomassem qualquer medida efectiva, e com a eficácia de que se costumam vangloriar, para recuperarem tão avultadas verbas, que seriam uma forte ajuda na dinamização da economia nacional», frisa ainda o comunicado apelando à «luta firme e serena em torno da defesa da banca nacionalizada», a Direcção do Organismo dos Bancários preconiza a «urgente criação de um forte movimento de massas, com participação activa das estruturas dos trabalhadores que, em unidade e através da prática democrática, construa a necessária barreira ao avanço das forças reaccionárias, em torno da defesa da banca nacionalizada, da Constituição e dos ideais de Abril».

Abre no sábado o Congresso dos Rodoviários

Sábado e domingo próximos, reúne-se no Metropolitan (Sete Rios) em Lisboa, o 1.º Congresso dos Rodoviários. Estão inscritos os 28 sindicatos do sector, que representam cerca de 72 mil filiados. De acordo com o regulamento do Congresso, que estabelece um sistema proporcional de representação, membros dos corpos gerentes, delegados sindicais e delegados eleitos pelos trabalhadores, expressamente para esse fim, vão analisar, discutir e votar um projecto de programa de acção e um projecto de estatutos. O Congresso, cujos trabalhos de preparação tiveram início em Julho do ano findo, procederá ainda à eleição do secretariado da

respectiva Federação Sindical, que abrange os transportes rodoviários e urbanos, as garagens e o turismo.

Na sequência do que divulgámos no número anterior do «Avante!» sobre a caracterização geral do sector e a necessidade de reforçar a unidade de organização sindical, é de registar o cuidado que o projecto de programa de acção dedica à contratação colectiva e às condições de higiene e segurança no trabalho. Entre as medidas que se impõem quanto à primeira questão, salienta-se, para além da luta geral por melhores salários, a necessidade de solucionar a situação dos subsectores onde não existe ainda contratação colectiva (zonas

brancas) e também de outros que «ainda se encontram inscritos nos sindicatos do sector rodoviário devido ao atraso na verticalização».

Quanto à higiene e segurança no trabalho, o projecto refere que as condições existentes «estão longe de corresponder às necessidades mínimas dos trabalhadores. Em muitas empresas, o trabalho desenvolve-se sem um mínimo de protecção», acrescenta o documento que cita «o estado deplorável de uma grande percentagem de viaturas e a degradação das instalações» como «causas de não poucos acidentes e de prejuízos para a saúde dos trabalhadores».

As «graves responsabilidades» que cabem ao Estado na segurança dos

transportes rodoviários são, por sua vez, apontadas no projecto, bem como «os horários sobrecarregados e mal organizados», que «provocam graves perturbações no tempo de descanso dos trabalhadores» - motivo de «insegurança, com especial incidência no trabalho dos motoristas».

Depois de constatar que as comissões de higiene e segurança têm ainda «pouca implantação nas empresas», o projecto de programa de acção a apresentar ao Congresso menciona, neste campo, uma série de medidas que considera urgentes e formula como segue: «Aprovar legislação no sentido de garantir,

plenamente, aos trabalhadores o direito à higiene e à segurança no trabalho»;

«Estruturar um Serviço Nacional que centralize, coordene e fiscalize toda a acção preventiva»;

«Responsabilizar as entidades patronais pelas condições de instalação e funcionamento das empresas»;

«Esclarecer (e dinamizar) os trabalhadores sobre a grande importância de criar condições de higiene e segurança»;

«Criar e desenvolver departamentos de higiene e segurança em todos os sindicatos do sector»;

● Contratação e segurança entre os temas em debate

Função Pública Forte adesão à proposta comum

Markado para ontem, a poucas horas do fecho do «Avante!», o plenário convocado pela CNS (Comissão Negociadora Sindical) da Função Pública deve informar os trabalhadores sobre as diligências efectuadas no sentido de apresentar ao Governo a proposta reivindicativa comum (PRC) do sector. Os sindicatos subscritores representavam, no último fim-de-semana, quase 100 por cento dos trabalhadores da Administração Pública. Este facto é encarado pelos promotores do plenário como «uma grande vitória de classe e das propostas unitárias de acção», que contribuem para isolar cada vez mais os divisionistas.

Na última sexta-feira, em conferência de imprensa, os dirigentes sindicais que integram a CNS frisaram que, além da Federação da Função Pública, eram já, nessa altura, 31 as associações sindicais do Continente e Ilhas que tinham

aderido à PRC. A adesão incluía todos os Sindicatos de Professores, com excepção da Zona Norte, toda a Função Pública, os trabalhadores judiciais de Lisboa e Centro, todos os Sindicatos de Engenheiros Técnicos, os Sindicatos Portuários, o STAL (Administração Local), todos os Sindicatos dos Enfermeiros e mesmo algumas associações filiadas na UGT. De fora ficam o SINTAP (paralelo) que diz representar 9 mil trabalhadores (o total do sector abrange cerca de 380 mil) e o STE (paralelo, também, dos «Técnicos do Estado»).

Já divulgada, a PRC inclui uma tabela salarial com aumentos entre 17 e 25 por cento. O documento divide-se em 9 capítulos referentes, nomeadamente, às carreiras, quadros e pessoal, direitos de exercício colectivo, direitos individuais, regime disciplinar, ajudas de custo e outras reivindicações de carácter

económico, como diuturnidades e pensões.

Entre as principais reivindicações, no âmbito dos direitos colectivos, contam-se o direito de associação e actividade sindical, o direito à greve, o direito à negociação colectiva e a participação na feitura de legislação e regulamentação do regime jurídico da Função Pública. Quanto aos direitos individuais, a PRC reclama, designadamente, a garantia de emprego para todos os trabalhadores actualmente ao serviço da Administração Pública, qualquer que seja o seu vínculo; a revisão do regime de faltas, férias e licenças; e ainda os horários de trabalho e situações especiais de prestação de serviço.

Os direitos reivindicados na PRC destinam-se a colocar os trabalhadores da Função Pública em situação de igualdade com todos os trabalhadores portugueses, nos termos da Lei Fundamental do País.

As Mulheres na defesa da Reforma Agrária

O Programa de Governo da Aliança Reaccionária visa a liquidação da Reforma Agrária: eis um facto que não surpreende ninguém e não é sequer escamoteado pelas forças reaccionárias no novo Executivo. Não tentaram igualmente a destruição da Reforma Agrária os governos ideologicamente afins da chamada AD? Barreto, Vaz Portugal, Ferreira do Amaral não tentaram já o que agora Casqueiro, líder da CAP, chama «a nova Reforma Agrária»?

Mas entre o tentar e o realizar vai a diferença que passa pela resistência dos trabalhadores e pela solidariedade de quantos se apercebem das profundas transformações que a Reforma Agrária trouxe ao nosso país.

Transformações predominantes, ao nível das condições de trabalho e de vida: foram os braços dos homens e das mulheres do Alentejo e Ribatejo, são os braços desta população trabalhadora, outrora, quantas

vezes, caídos aos ciclos periódicos de desemprego que fizeram e fazem do aumento da produção uma luta, da realização de obras sociais (creches, centros de assistência à terceira idade, cooperativas de consumo, electrificação, habitação social) um objectivo prioritário. E nesta mudança, as mulheres têm tido um papel fundamental. E esta mudança será defendida pelas mulheres sem desfalecimentos. Não porque as mulheres sejam feitas de outra massa mais rija do que a dos homens. Não que a mulher trabalhadora e o homem trabalhador não sejam iguais parceiros num mesmo combate. Mas apenas por uma razão muito concreta: as mulheres a nível individual e colectivo beneficiaram extraordinariamente com a Reforma Agrária. E por isso elas são na defesa da Reforma Agrária, uma força que serve de exemplo a outros combates que as mulheres trabalhadoras travarão, inevitavelmente, com o Governo da Aliança Reaccionária.



Destacando-se na ocupação das terras, as mulheres estão igualmente na primeira linha da batalha da produção

O papel das mulheres nos últimos anos

Era o ano de 1974, no Verão o trabalho faltava nos campos do Alentejo e Ribatejo. Tal como nos velhos tempos. Pior ainda, porque os agrários sabotavam o processo revolucionário. E quando havia trabalho, os salários foram incommportavelmente baixos. Tal como nos tempos de 24 de Abril.

E os homens e mulheres do Alentejo e Ribatejo acharam que não havia já espaço para tempo de exploração. Em reuniões, em plenários, em comícios se encaminharam os processos para a constituição dos primeiros sindicatos e se desenvolveram as reivindicações mínimas legais que dessem garantias aos trabalhadores — direito ao trabalho, salário mínimo, férias, subsídios, estabilidade

de emprego. Os agrários, os latifundiários, os exploradores do povo trabalhador rural, organizados na ALA — Associação Livre dos Agricultores, «antepassado» da CAP — resistiram mas, finalmente, com o apoio da Secretaria de Estado do Trabalho do I Governo Provisório, foram aprovadas as primeiras convenções colectivas de Trabalho. E onde os agrários se encarnavam em manter as terras abandonadas, as populações sem trabalho, os Sindicatos avançaram colocando trabalhadores. E onde os agrários continuavam a resistir, os trabalhadores avançaram com o MFA apoiando-os, com a organização sindical fortalecendo-os, com

a memória dos anos de exploração e fome atirando-os para a frente.

Foi um movimento popular surpreendente de força e entusiasmo. Nele, as mulheres constituíram, quantas vezes, o primeiro impulso, os primeiros passos destemidos na conquista de terras para trabalharem.

Com excepção do distrito de Beja — onde as mulheres participaram apenas num ou noutro caso de ocupação de terras — as trabalhadoras do Alentejo e Ribatejo avançaram firmemente para as herdades. No distrito de Évora, a sua participação foi particularmente vigorosa nos concelhos de Montemor e Vendas Novas; em Santarém, distinguiram-se na ocupação da Quinta de

Torrelena à 3 de Abril de 1975, no mesmo distrito, nos finais de 1974, em Alpiarça, realizaram diversas assembleias de operárias agrícolas decidindo avançar para a apanha da azeitona que os agrários deixavam apodrecer; no distrito de Portalegre, a sua actuação na ocupação de terras salientou-se particularmente no concelho de Avis. Mas foi no distrito de Setúbal, que, de uma forma constante e impulsionadora, as mulheres avançaram para a ocupação de herdades incultas ou subaproveitadas e com pontuação para expropriação. Em Casebres, a Herdade de Junqueira foi ocupada num movimento inteiramente constituído por mulheres que mantiveram

a ocupação até esta ser reconhecida.

Libertar o homem e a mulher do peso dos séculos

E no Verão de 1975, quando os agrários intensificaram a sabotagem económica — incendiando searas, depois de terem sabotado as poucas máquinas que ficaram nas terras e terem deixado morrer à fome o gado ou contrabandeando-o para Espanha — as mulheres estiveram em todos os distritos em brigadas de vigilância, nas manifestações em defesa da Reforma Agrária. Uma participação activa, revolucionária que, no entanto,

não teve reflexos na responsabilização a nível sindical e nas direcções das Cooperativas de Produção Agrícola.

Participando vivamente nas discussões sobre contratação colectiva e nas acções de mobilização do sindicato, as mulheres continuam ainda hoje a surgir pouco a nível de direcção nos sindicatos e as delegadas sindicais contam-se pelos dedos das mãos. Do mesmo modo, nas direcções das Cooperativas (com excepção da Cooperativa de Casebres e poucas mais) as mulheres não têm ainda expressão significativa.

Um conjunto complexo de causas de diversas ordens explica estes factos. Limitemo-nos a enunciar algumas das causas mais imediatas: a não

divisão de trabalho doméstico e da educação dos filhos, os preconceitos que subsistem mesmo nos homens mais conscientes que, embora olhando a mulher como uma companheira de trabalho não a encaram como capaz das mesmas responsabilidades e tarefas. Não é infelizmente raro o trabalhador rural que considera normal e positiva a participação de uma companheira de trabalho no sindicato, desde que essa companheira não seja a sua própria mulher, a mãe dos seus filhos. Não é raro encontrar trabalhadores aos quais custa aceitar que a sua mulher participe em reuniões nocturnas onde se encontrem outros homens: mais uma vez é o peso cultural de séculos, peso que o fascismo alimentou

e avolumou no quadro de uma política bem definida das relações de escravidão e exploração dentro da própria família, instituída como pilar básico do regime. É este peso cultural que cada um e todos no seu conjunto têm de combater em si próprios e nos outros. É verdade que avanços importantes se verificaram já neste domínio na zona da Reforma Agrária, avanços impostos pela própria realidade que evoluiu fazendo nascer não só uma mulher nova mas também um homem novo. Mas a luta é ainda árdua, até que a mulher ocupe os cargos e os níveis que a sua participação e responsabilidades na actividade produtiva e na construção da Reforma Agrária já impõem.

Razões concretas

Antigamente era o ciclo de três meses de trabalho explorado e o resto do ano em quase total desemprego. Deste ciclo as mulheres eram as maiores vítimas. Exceptuando a campanha da apanha da azeitona e alguns anos de ceifas (em que aos agrários interessava mesmo contratar mais mão-de-obra feminina), deixando os homens sem trabalho, porque as jornadas das mulheres eram bastante mais baixas e eram utilizadas como meio para contenção da subida salarial, as mulheres viam-se, tempos e tempos de braços caídos, defrontando-se com o tacho vazio e a fome dos filhos. Ora foi precisamente no

domínio do trabalho que a Reforma Agrária trouxe maior transformação à vida das mulheres do Alentejo e Ribatejo. Os números que apresentamos no Quadro I dispensam comentários.

Outra das grandes conquistas é, sem dúvida, o grande aumento de salários pagos à mão-de-obra feminina e o combate efectivo à discriminação salarial. Vejam-se os quadros II, III e IV.

A certeza de um futuro melhor

Mas não foi apenas a nível laboral que a situação do povo trabalhador, e portanto da mulher, se transformou

radicalmente. A abertura de cantinas e cooperativas de consumo por iniciativa das Cooperativas, nas quais os produtos são vendidos mais baratos; a abertura de creches e escolas na zona da Reforma Agrária graças às Cooperativas e à mobilização popular, as obras de reparação e construção de moradias para trabalhadores rurais, as obras de electrificação, e abertura de centros de assistência à terceira idade, o acesso das populações a uma assistência médica mínima (nomeadamente sob o impulso das equipas de trabalhadores de Saúde da CRARA), processaram-se a um ritmo surpreendente, revelando uma

vez mais a extraordinária capacidade criadora das massas populares empenhadas na construção de uma vida melhor.

Em obras deste tipo, equipamentos sociais, os trabalhadores das Cooperativas investiram muitas centenas de milhares de contos. Onde veio este dinheiro? Dos sacrifícios dos próprios trabalhadores, prescindindo, como já temos salientado, de parte do salário e dos subsídios com o objectivo, por exemplo, de abrir uma creche; da imensa solidariedade dos trabalhadores das fábricas, da indústria e de outros sectores de actividade; da solidariedade

internacional particularmente intensa por parte de países socialistas.

Tentando liquidar todas estas conquistas, desde fins de 1975, uma ofensiva desmembradora da Reforma Agrária impulsionada pelas forças reaccionárias tem-se abateado sobre as Cooperativas de Produção Agrícola do Alentejo e Ribatejo, intensificando-se com o governo Mota Pinto e atingindo agora com o Executivo de Sá Carneiro a sua ameaça mais aguda. Eis alguns aspectos desta ofensiva:

- Mais de 20 000 hectares das melhores terras tiradas aos trabalhadores à força;

- Cerca de 40 UCP/Coop. destruídas totalmente e muitas atingidas fortemente na sua sobrevivência económica;

- Mais de 20 000 trabalhadores (dos quais mais de metade mulheres) com os postos de trabalho perdidos;

- Mais de 900 trabalhadores brutalmente espancados, muitos deles mulheres, velhos e crianças;

- Assassinato de dois trabalhadores agrícolas, António Maria Casquinha e José Caravela, em Montemor-o-Novo, no Outono passado.

- Mais de 200 UCPs/Coop. e milhares de pequenos e médios agricultores com o crédito agrícola cortado. Isto enquanto o Estado deve às UCPs mais de 800 mil contos, 261 000 dos quais de cortiça;

- Mais de 3 000 máquinas e alfaias agrícolas tiradas às UCPs/Coop.;

- Mais de 40 000 cabeças de gado entregues aos agrários além de muitas outras contrabandeadas para Espanha pelos ladrões de gado (só no início deste ano, a Polícia Judiciária capturou cinco ladrões de gado roubado na zona da Reforma Agrária, implicando um valor de 2 500 contos).

Os trabalhadores, homens e mulheres do Alentejo e Ribatejo, sabem que o Governo da Aliança Reaccionária tentará não poupar a Reforma Agrária.

Os trabalhadores não têm ilusões sobre o que seria «a nova Reforma Agrária» anunciada por Casqueiro na semana passada na Assembleia da República.

Mas os trabalhadores da zona da Reforma Agrária sabem que vão defender, como até aqui, ainda mais determinados, as suas conquistas. E por razões concretas. Muitas delas suficientes para explicar porque é que as mulheres se opõem fortemente à ofensiva contra a Reforma Agrária. Porque a vivência, ainda que incompleta, ainda que plena de sobressaltos, de dias melhores sem fome, impulsiona-as para a luta. Por isso, as mulheres da Reforma Agrária soltam um mesmo grito: «Fascismo nunca mais!», e em todos os braços, em todos os punhos erguidos afirmam a mesma vontade: **Em frente com a Reforma Agrária!**



As mulheres são uma força que se multiplica na defesa da Reforma Agrária

QUADRO I

Aumento global de postos de trabalho nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, nas áreas sob o controlo dos trabalhadores

	Mulheres	Homens	Totais
Antes da ocupação de terras	6 849	14 932	21 781
1975 / 1976	25 519	46 257	71 776
Diferença	+18 670	+31 325	+49 995
	(+272,6%)	(+210%)	(+229%)

QUADRO II

REMUNERAÇÕES MÉDIAS DIÁRIAS DECLARADAS AO SNE ((Serviço Nacional de Emprego)

4.º TRIMESTRE DE 1972

	HOMENS		MULHERES	
	Qualificados	Não qualificados	Qualificados	Não qualificados
Agricultura, Silvicultura e Pesca	107\$00	79\$00	96\$00	56\$00

QUADRO III

Analisando agora por distritos:

SALÁRIOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES RURAIS (1971)

DISTRITOS	HOMENS	MULHERES
Beja	110\$00	64\$70
Bragança	151\$00	99\$50
Faro	136\$30	77\$50
Guarda	120\$40	73\$30
Santarém	109\$10	43\$50
Lisboa	103\$30	43\$80
Coimbra	—	—
MÉDIA	83\$00	44\$00

QUADRO IV

SALÁRIOS MÉDIOS NA ZONA DA REFORMA AGRÁRIA

TRABALHADORES DAS UCP's / COOPERATIVAS	
HOMENS	MULHERES
180\$00	160\$00



Os tempos de luta, das marchas de fome, da miséria, nunca mais poderão voltar aos campos do Ribatejo e Alentejo. Por isso as mulheres não desfalecem na resistência à ofensiva contra a Reforma Agrária



As responsabilidades a nível de direcção de UCPs/Coop. e a nível sindical estão ainda longe de corresponderem à real participação da mulher na consolidação da Reforma Agrária e na defesa de Abril



Na defesa da Reforma Agrária a certeza de um futuro melhor: certeza que é uma razão de luta e de vitória

Temas vários

Aniversário do CAME

A entre-ajuda económica para o desenvolvimento do sistema socialista

Há 31 anos, a 25 de Janeiro de 1949, era criado o CAME — Conselho de Ajuda Mútua Económica — a primeira organização no mundo de colaboração económica internacional. A sua criação baseou-se no profundo conhecimento das leis do desenvolvimento social, na generalização marxista-leninista da experiência colectiva.

Hoje, integram o CAME países de três continentes, da Europa, da Ásia e da América Latina: a União Soviética, a República Popular da Bulgá-

ria, a República Democrática Alemã, a República Socialista da Checoslováquia, a República Popular da Hungria, a República Popular da Polónia, a República Socialista da Roménia, a República Popular da Mongólia, a República Socialista do Vietname e a República Socialista de Cuba. Dez países da comunidade socialista trabalhando e desenvolvendo novas relações económicas interestatais, desenvolvendo o sistema socialista, criando e aprofundando relações de novo tipo com os países em

vias de desenvolvimento. Desde a criação do CAME, um facto, desde logo, se destaca: nos países membros, o desenvolvimento económico atingiu ritmos sem precedentes na História. Por exemplo, entre 1951 e 1978, o produto nacional dos países membros aumentou sete vezes e meia, e a produção industrial doze vezes. A actual produção industrial do conjunto dos países do CAME representa um terço da produção industrial mundial, enquanto que o volume global da sua pro-

dução industrial é duas vezes maior que a dos países do Mercado Comum.

Partindo das vantagens do regime socialista e da cooperação recíproca, os países do CAME operaram modificações sociais radicais no interesse dos trabalhadores, alcançaram êxitos consideráveis no domínio económico.

Os delegados dos dez países socialistas participam no CAME na base de uma representação igualitária, derivada do princípio, exposto no primeiro artigo dos Estatutos,

da igualdade soberana de todos os países que o compõem. Em consequência, cada país tem em todos os órgãos igual representação e um só voto, independentemente do seu potencial económico, da extensão do seu território, da sua população. O princípio da igualdade e do carácter democrático do funcionamento de todos os órgãos do CAME expressa-se igualmente na igualdade de direitos e de deveres que cada um dos membros tem para com os restantes e para com a organização.

Com efeito, os interesses de cada país, seja um país grande ou pequeno, encontram-se totalmente assegurados, uma vez que as recomendações e as resoluções de todos os organismos do CAME não são tomadas por maioria de votos, mas por consenso de todos os países interessados.

Esta característica distingue totalmente o Conselho de Ajuda Mútua Económica do Mercado Comum Europeu no qual, de acordo com o Tratado de Roma que o criou, os países

mais importantes (Inglaterra, Itália, França e RFA) têm dez votos cada um no órgão máximo da organização — o Conselho de Ministros da CEE — a Bélgica e a Holanda têm cinco votos cada, a Dinamarca e a Irlanda três votos, e o Luxemburgo um voto. Este facto atesta bem a desigualdade no seio da CEE, de modo a assegurar a defesa dos interesses dos países mais fortes.

Há trinta e um anos, a criação do Conselho de Ajuda Mútua Económica abriu o único caminho capaz de

satisfazer por completo as exigências objectivas derivadas da internacionalização da produção e da vida social no seu conjunto. Hoje, os dez países socialistas que integram o CAME, conjugando os seus interesses nacionais com os interesses gerais internacionais do campo socialista dão bem a prova ao Mundo da superioridade material do sistema socialista na criação das condições que visam um cada vez maior bem-estar dos trabalhadores de cada um dos países membros.

Numa sessão, em Lisboa

Arcipreste de Leninegrado falou sobre a Religião na URSS

A Igreja Ortodoxa Russa conta com 40 a 50 milhões de crentes e está dividida administrativamente em 76 dioceses, sendo cada uma dirigida por um Bispo. Nos três seminários e nas duas Academias Eclesiásticas da URSS tem vindo a aumentar o número de estudantes, ao contrário do que acontece no Ocidente. Os dois estabelecimentos de ensino religioso que funcionam em Leninegrado (uma Academia e um Seminário) contam actualmente com 360 alunos, futuros sacerdotes. Há dez anos atrás aquele número era de 140.

Os factos e cifras que aqui apresentamos foram revelados no decorrer de um debate público realizado em

Lisboa, pelo Arcipreste de Leninegrado, N. M. Gundiaev, jurista e professor da Academia Eclesiástica daquela cidade soviética.

O orador sublinhou que as diversas correntes religiosas que existem na URSS são "vivas e actuaes", tendo-se referido, por exemplo, à actividade das Igrejas Católica, Metodista, Adventista do Sétimo Dia, a de Pentecostes, Luterana e Reformista.

O Arcipreste de Leninegrado mencionou ainda a existência no seu país de religiões como a Islâmica, Hebraica e Budista. Esta última tem aderentes apenas em algumas regiões da Sibéria.

Entretanto, a Igreja Ortodoxa Russa mantém

relações com o Vaticano e a Igreja Evangélica Luterana, assegurando, na verdade, uma participação activa no Movimento Ecuménico no âmbito internacional.

De estranhar que em Portugal, ao contrário do que tem sucedido noutros países europeus, o Arcipreste de Leninegrado não tenha sido recebido pelas autoridades católicas.

O conhecimento da realidade soviética não esteve em destaque, nestes dias, apenas no plano religioso. Com efeito, encontra-se entre nós uma delegação de juristas da URSS, cujo programa incluiu contactos e visitas em Lisboa, Coimbra, Porto, Viana do Castelo, Braga, Guimarães e Évora.

Na capital alentejana, a delegação efectua hoje um colóquio e amanhã participa em sessão idêntica, no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa. O regresso a Moscovo está previsto para sábado.

No decorrer dos encontros que têm estabelecido,

soviéticos, cuja delegação é chefiada pelo dr. Tchibiriaiev, director da editora "Literatura Jurídica", que existem no país 60 Universidades de Direito e Institutos Jurídicos, sendo dada grande atenção aos meios que possibilitam a melhor preparação possível

três ramos especializados: Direito Civil, Direito Criminal e Direito Estatal. Em todas as escolas de Direito funcionam cursos directos ou por correspondência e aulas diurnas e nocturnas, sendo dado o mesmo programa (num total de 40 cadeiras), embora cada Faculdade ou Instituto possa inserir no curriculum matérias específicas à sua responsabilidade. No final do curso, todos os estudantes deverão defender tese.

O ensino propriamente dito compreende lições, seminários, aulas práticas e consultas, funcionando, em cada escola, uma associação científica dos estudantes que pretendem depois dedicar-se à investigação. Cada Faculdade ou Instituto tem

autonomia para desenvolver os seus contactos internacionais, que vão desde o intercâmbio de estudantes, conferências, estágios, cursos e troca de literatura especializada.

Quanto ao sistema dos órgãos judiciais, é organizado segundo uma divisão administrativa territorial, compreendendo assim tribunais populares distritais, provinciais, por República, até ao Supremo Tribunal da URSS, sendo todos eles de primeira e segunda instância. Os recursos são examinados sempre por um colectivo de 3 juizes, que analisam a matéria de Direito e de facto. No tribunal funciona um juiz, assistido por dois assessores populares, todos eles eleitos.

As medidas penais são de grande relevância à reabilitação pelo trabalho e, se possível, não desinserindo o criminoso do seu meio social. Existe um largo leque de medidas, de privação de liberdade, de trabalho ou multas, todas aplicáveis tanto a delitos comuns como a crimes estatais, sendo a máxima a pena de morte, aplicada só em casos excepcionais. A pena maior de prisão é de 15 anos.

A delegação veio ao nosso país por intermédio da Associação Portugal-URSS e integra juizes, professores, investigadores, advogados e consultores jurídicos, num total de 18 profissionais de Direito, na sua maioria mulheres.

● Juristas soviéticos em Portugal

nomeadamente através de debates e colóquios públicos, a delegação soviética tem-se referido a temas como o Direito na URSS, o seu ensino e o funcionamento dos órgãos judiciais soviéticos.

Sobre o ensino do Direito, revelaram os juristas

dos alunos e o incentivo à investigação científica.

Os cursos, de cinco anos nas Universidades e 4 anos nos Institutos Jurídicos, abarcam nos primeiros anos disciplinas gerais de Direito subdividindo-se depois, em

Pelo desarmamento, pela Paz não aos novos mísseis na Europa

«A recente decisão de instalar a curto prazo novos e mais sofisticados mísseis nucleares de médio alcance na Europa Ocidental é motivo de grande preocupação para todos os homens e mulheres amantes da Paz. Tal decisão terá certamente como consequência provocar uma nova escalada na corrida aos armamentos. Dará origem a uma nova fase de tensão internacional. Tomará, mais do que nunca, real a possibilidade de uma catástrofe nuclear de que toda a Humanidade poderia ser vítima, perigo allás denunciado pelo Papa João Paulo II no seu discurso de Ano Novo».

Estas palavras estão incluídas num Apelo recentemente tomado público por um grupo de individualidades de várias tendências do quadrante democrático, intitulado «Pelo desarmamento, pela paz, não aos novos mísseis na Europa».

Caracterizando a actual situação internacional, lê-se no documento: «Assiste-se a uma perigosa tentativa de reinstalar um clima de "guerra fria" nas relações internacionais. Agravam-se os focos de tensão no Mundo. Acelera-se sobretudo a corrida aos armamentos, que já custa à Humanidade mais de cinquenta milhões de contos por dia. Nesta situação é cada vez mais decisivo o papel da opinião

pública internacional para preservar tudo o que os povos conquistaram nos últimos anos no campo do desanuviamento político, no caminho do desanuviamento militar, do desarmamento e da Paz em geral».

Os signatários do Apelo entendem, muito justamente, que «a opinião pública portuguesa não se pode manter alheada destes factos», devendo «levantar a sua voz em momento de tamanha gravidade» e «fazer-se ouvir em consonância com a opinião pública dos outros países da Europa, que tem manifestado a sua veemente oposição a quaisquer planos e acções que ponham em causa os progressos realizados na segurança e cooperação internacionais, e na luta pela Paz, durante o último decénio».

Neste sentido, e «convictos de exprimir os profundos anseios de Paz do Povo português, apelam à opinião pública nacional a manifestar-se em formas e iniciativas diversas, pela cessação da corrida aos armamentos e desanuviamento».

Desde já, os signatários do Apelo — que é encabezado pelo general Costa Gomes e entre os quais se incluem deputados, dirigentes sindicais, professores e outras personalidades — propõem a realização em Lisboa, no próximo dia 8 de



Fevereiro, sexta-feira, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, de uma sessão pública pelo Desarmamento, pela Paz e contra a corrida aos armamentos e a instalação dos novos mísseis na Europa.

Convidam, entretanto, personalidades representativas das mais diversas correntes sociais, políticas e religiosas, assim como associações cívicas e humanitárias, a promoverem conjuntamente esta sessão, chamando ainda todos os portugueses amantes da Paz e todas as organizações democráticas a manifestarem a sua adesão e apoio à iniciativa.



A solidariedade activa do povo da República Democrática Alemã para com todos os povos do mundo em luta pelo futuro é uma das características do homem novo que vive nos países socialistas

Na RDA, todos os anos: O mês da solidariedade anti-imperialista

Todos os anos em Dezembro, a estação de rádio "Voz da RDA" e a Confederação dos Sindicatos Livres Alemães organizam uma campanha de solidariedade intitulada "Pela Paz no Mundo".

Inúmeros representantes de todas as camadas sociais da República Democrática Alemã, bem como numerosas equipas e colectivos de trabalho com delegação das fábricas e das cooperativas de produção agrícola, investigadores científicos, empregados, estudantes usam da palavra aos microfones da estação radiofónica. Pedem para ouvir um disco à sua escolha, oferecendo donativos em dinheiro para a luta anti-imperialista dos povos. Podem igualmente emitir a sua opinião pessoal acerca da solidariedade internacional e da manutenção da paz. Redigem resoluções nas quais protestam contra o terror e todas as crueldades utilizadas pelo imperialismo para assegurar o domínio, por exemplo na África da Sul, no Zimbábue, na Namíbia, nos territórios árabes ocupados por Israel, nos países da América Latina oprimidos por regimes fascistas.

Em Dezembro, todas as estações de rádio da República Democrática Alemã emitem nas tardes de sexta-feira concertos de solidariedade, transmitindo o nome de todos os que contribuíram com dádivas monetárias e passando extractos de cartas enviadas pelos ouvintes. Ao longo da emissão são transmitidas reportagens directas de concertos de solidariedade que

têm lugar nesse mesmo dia em numerosas cidades da RDA.

Os concertos contam com a participação de destacados artistas da RDA e estrangeiros, que exprimem nos seus espectáculos a sua solidariedade para com a luta contra a injustiça social, o ódio rancioso e a miséria das crianças, a sua aspiração na construção de um mundo pacífico.

No ano passado, nove milhões de marcos foram recolhidos no âmbito desta campanha "Pela Paz no Mundo". Em 1978, os donativos em dinheiro dos habitantes da RDA enviados aos comités de solidariedade ultrapassaram os 200 milhões de marcos, e eram provenientes, em primeiro lugar, do suplemento de quotização sindical descontado mensalmente como manifestação de solidariedade. Em Setembro do ano passado, os donativos de solidariedade eram já superiores, no fim do mês, em 29 milhões de marcos relativamente ao ano anterior.

A população da República Democrática Alemã respondeu à agressão chinesa à República Socialista do Vietname reforçando o seu apoio ao povo irmão vietnamita. A RDA reforçou este ano o seu apoio político, moral e material, ao Kampuchéa e à Nicarágua.

Os cidadãos da República Democrática Alemã exprimiram, na sua 22.ª campanha de solidariedade "Pela Paz no Mundo" a sua vontade de acentuar a solidariedade em todo o mundo, de assegurar a paz e de pôr termo à corrida aos armamentos.

Festival de teatro

Em colaboração com várias organizações populares incluindo a APTA (Associação Portuguesa de Teatro de Amadores) e o sindicato da classe, a CGTP-IN promove, a partir de 1 de Fevereiro próximo, o II Festival Sindical de Teatro de Amadores. As inscrições estão abertas, até 20 do corrente, na sede da Central (Victor Cordon, 1, 2.ª 1200 Lisboa).

A iniciativa tem «o duplo objectivo de despertar e estimular o interesse das classes trabalhadoras pelas actividades culturais em geral e o teatro em particular, e de lançar as bases para a criação de grupos de amadores de teatro nas empresas e sindicatos», assinala a CGTP-IN num comunicado.

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes



Uma das mais importantes obras do neo-realismo

Agora em 4.ª edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

edições Avante!

CDL a distribuição

A VENDA

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ano 48 • série IV

NESTE NÚMERO

- Começou 1980 ● A APU ultrapassou os 20% nas eleições para as autarquias ● É necessário um grande reforço da organização do Partido ● As eleições intercalares para a Assembleia da República ● Sobre o trabalho de direcção — experiência de uma Comissão Distrital ● Activemos a luta contra o esquerdismo ● Iniciar a organização numa freguesia das regiões difíceis ● Nota da Comissão Política sobre os resultados das eleições para as autarquias locais

edições Avante!

LEONID BREJNEV

Preço: 50\$00 Preço: 70\$00 Preço: 80\$00

Em TERRA PEQUENA, Leonid Brejnev, como soldado que combateu pela liberdade, fala-nos de uma batalha da 2.ª guerra mundial.
Em RENASCIMENTO recorda a reconstrução de gigantescas unidades industriais, destruídas pelos invasores nazis.
Em TERRAS VIRGENS descreve a grandiosa tarefa que o povo soviético, a partir dos anos 50, realizou ao transformar «as terras virgens» do Casaquistão num novo celeiro do país.

CDL a distribuição

Semana

16 Quarta-feira



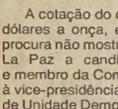
1920 - Começa nos Estados Unidos da América a proibição do consumo de bebidas alcoólicas...

17 Quinta-feira



Os dez mil trabalhadores da mina de cobre "El Teniente", a segunda maior do Chile...

18 Sexta-feira



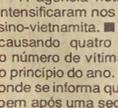
A cotação do ouro encerra em Londres com o recorde de 835 dólares a onça...

19 Sábado



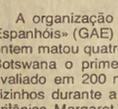
O secretário-geral da Organização de Unidade Africana, Edem Kodjo...

20 Domingo



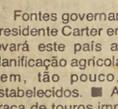
A agência noticiosa vietnamita revela que tropas chinesas intensificaram nos últimos dias as suas ofensivas...

21 Segunda-feira



1921 - Gramsci, Togliatti e outros comunistas rompem com os oportunistas e fundam o Partido Comunista Italiano...

22 Terça-feira



Fontes governamentais soviéticas informam que a decisão do presidente Carter em embarcar a venda de trigo à União Soviética...

No Afeganistão o povo prossegue a defesa da Revolução de Abril

O camarada Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central do PCP, encontra-se já em Portugal...

Durante a sua estada naquele país, o camarada Pires Jorge contactou com responsáveis do Governo e do Partido Democrático Popular do Afeganistão...

Em declarações ao "Avante!", o camarada Pires Jorge refere-se ao significado da Revolução de Abril de 1978...



Pires Jorge

Para se compreender os acontecimentos no Afeganistão, é preciso saber que a Revolução de Abril de 1978 desencadeou forte reacção por parte dos grandes agrários...

dizendo-lhes que não poderiam orar naquelas terras que tinham sido "roubadas". E acrescentava que Alá não lhes perdoaria...

Amin instaura um regime de terror

O camarada Pires Jorge recorda-nos, em seguida, que o golpe que levou Afizullah Amin ao Poder tentou inverter tal situação...

camadas da população. Esta é a verdade que as campanhas de calúnias e mistificação do imperialismo pretendem ocultar.

Libertação dos presos políticos - uma medida revolucionária

Assim que Amin foi derrubado e Brabak Karmal assumiu as funções de secretário-geral do PDPA...

Alá - acrescenta o camarada Pires Jorge - a queda de Amin registou-se na véspera do dia em que, segundo informações

às vítimas das vítimas do terrorismo de Amin, o que constitui um acto de grande alcance social - sublinha o camarada Pires Jorge.

Surpresa e indignação

Tendo estado no decorrer da última semana no Afeganistão, o camarada Pires Jorge dá-nos conta da sua grande surpresa e profunda indignação perante o teor das notícias veiculadas em Portugal pela imprensa estatuizada...



A libertação dos presos políticos do regime de Amin foi acolhida com emoção por todo o povo afegão

então colhidas, iriam ser executados muitos presos políticos, e em que registavam indícios de que o clima de repressão ia aumentar.

Fornecendo alguns dados dos actos contra o povo e contra a revolução afegã cometidos por Amin, Pires Jorge recorda uma visita que efectuou à Universidade de Kabul...

Amin aproxima-se, assim, de outro sangüinário ditador derrubado pelo seu povo precisamente um ano antes de Amin ter sido igualmente derrubado...

Relativamente ao resto do país, o camarada Pires Jorge refere-nos a existência de actos terroristas, praticados por bandos de contra-revolucionários...

Dois países de Abril

Nos inúmeros contactos que manteve durante a sua estada na República Democrática do Afeganistão, Pires Jorge pôde não só interior-se da situação naquele país como fornecer dados acerca da situação em Portugal.

Os camaradas afegãos - recorda o camarada Pires Jorge - mostraram-se muito interessados em conhecer o evoluir da situação no nosso país. Em todas as conversas que manteve com diversos responsáveis, foi visível o conhecimento da luta travada pelo nosso Partido...

Tal facto não surge por acaso. No momento em que o povo afegão conhece o poder da solidariedade internacionalista face aos ataques e investidas do imperialismo...

Enquanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Entretanto, pode dizer-se que estas primeiras medidas do governo revolucionário do Afeganistão contribuíram decisivamente para a instauração de um novo clima de confiança entre a população...

Sobre o auxílio soviético à revolução afegã

O imperialismo e os meios de comunicação ao serviço dos seus interesses alimentam-se, nos últimos dias, da pretensa "invasão militar soviética no Afeganistão".

Não há invasão nenhuma! - afirma Pires Jorge. Invadir militarmente um país é ocupá-lo pela força das armas, subjugar o seu povo. Nunca as forças armadas de um país socialista participaram em acções deste tipo...

O pedido formal de auxílio baseou-se no Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, assinado em Moscovo pela União Soviética e pela República Democrática do Afeganistão em 5 de Dezembro de 1978...

teram-se a consultar-se reciprocamente e a tomar de comum acordo medidas apropriadas para garantir a segurança, a independência e a integridade territorial dos dois países...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

Além disso, e contrariando todas as falsidades propagadas pelo imperialismo, a defesa da independência e da soberania da República Democrática do Afeganistão continuam a ser asseguradas pelo exército afegão...

racionalmente o sector agrícola, vital para a vida económica do Afeganistão.

Joachim Pires Jorge lembra que tais transformações não se estavam a realizar sem obstáculos, permanentemente erguidos por parte das forças reacçãoárias.

Os grandes agrários chegavam ao ponto de ameaçar os camponeses com o problema religioso,

que as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

KABUL NEW TIMES

VOL. XVII, No. 11 Monday, January 14, 1980 (Jaddi: 24 1358 S.H.) PRICE 1MS 6

Large crowds condole victims of Amin's terror

KABUL, Jan. 14 (IAP) - According to the daily "Kor" newspaper, thousands of people gathered in the city to express their sympathy for the victims of the Amin regime.

In a separate article, the newspaper reported that the government had taken measures to ensure the safety of the population and to restore order to the city.

The newspaper also mentioned that the government had implemented various social and economic reforms to improve the living conditions of the people.

In another article, the newspaper discussed the government's efforts to promote national unity and to strengthen the bonds of friendship between the different ethnic groups of the country.

The newspaper concluded by expressing the people's confidence in the government and their support for the revolutionary changes being implemented in the country.

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Mas o regime de terror de Amin caiu. Caiu pela acção das forças sãs do PDPA, apoiadas por largas

as forças imperialistas estão a fazer a propósito dos acontecimentos no Afeganistão. Com a subida de Amin ao Poder - sublinha Pires Jorge - os americanos pensaram que tinham recebido este país de presente!

Vai Sá Carneiro deixar Carlos Lopes correr em Moscovo?

O imperialismo está lançado numa desenfadada campanha de guerra-fria que ameaça a paz e a segurança mundiais. Utilizando como pretexto a situação no Afeganistão, os dirigentes de Washington, dia-a-dia, intensificam a escalada perigosa das calúnias, das provocações, das ameaças. E Carter aparece no primeiro plano desta gigantesca campanha. É que as eleições para a Casa Branca estão à porta...

A reacção imperialista assemelha-se ao desespero e visa esconder as grandes derrotas que, por todo o Mundo, os povos lhe têm vindo a infligir. Porém, o imperialismo, não desarma, e lança mão dos meios mais surpreendentes. Um dos últimos é a anunciada proposta de Carter de boicote aos próximos Jogos Olímpicos de Moscovo.

Os Jogos Olímpicos não são uma manifestação política. Mas a sua realização converge para um amplo movimento de paz, amizade e cooperação entre os povos de todo o Mundo. Mais a mais realizando-se, pela primeira vez na História, num país socialista, a realização dos Jogos Olímpicos adquire este ano um significado muito especial no seio da luta pela paz.

É também este importante acontecimento que Carter pretende boicotar, tentando apagar num clima de guerra fria o facto de a chama olímpica ir tremular pela primeira vez na pátria do socialismo. Quando lhe convém, o imperialismo sabe esquecer palavras de ontem para justificar actos de hoje. É que Carter e os "falcoes" que o rodeiam não suportam a ideia de ver escrito em caracteres cirílicos, no mostrador do Estádio Lénine, a imortal frase de Coubertin: «A coisa mais importante nos Jogos Olímpicos não é vencer, mas participar; do mesmo modo que a coisa mais importante na vida não é o triunfo mas a luta».

DURANTE muitos anos, os dirigentes americanos mostraram uma perigosa tendência de, desportivamente, irem fazendo a sua política agressiva por todo o Mundo, não olhando a meios para alcançar as suas metas; agora, Washington perde a cabeça ao tentar fazer agressivamente política no desporto. É uma jogada perigosa que já está a fracassar. Porém, tudo se compreenderá melhor se atentarmos bem em declarações recentes de Jimmy Carter: Temos que pagar o que for preciso para continuar a ser o país mais poderoso do Mundo.

AQUI é que não há dúvidas nenhuma, foi o próprio Carter quem o afirmou na passada terça-feira, na sua tradicional mensagem sobre o Estado da União. Pouco tempo depois de uma intensa campanha que tinha por objectivo demonstrar a existência de uma pretensa "ameaça soviética", traduzida num maior poderio por parte da URSS - campanha em que Carter se empenhou pessoalmente, a fim de tentar forçar a instalação dos mísseis "Pershing-2" em território europeu - é o próprio Carter que agora, naquelas palavras se vem desmentir: os EUA são, e querem continuar a sê-lo, o país mais poderoso do Mundo. E Quem não considera isto hegemonismo...

AS mais altas instâncias olímpicas e desportivas internacionais que se pronunciaram até agora já repudiaram a proposta de Carter. Ainda não houve uma única que apoiasse o boicote proposto pela administração americana. No nosso país, dirigentes do Comité Olímpico Português já declararam também que Portugal participará, como estava previsto, nos Jogos Olímpicos de Moscovo. E um desses dirigentes chegou mesmo a declarar que só se nos impedirem de entrar no avião, não estaremos representados na capital soviética.

É caso para dizer, nunca se sabe! Depois da megaofensiva do "decisão" do governo Sá Carneiro de chamar à Lisboa o nosso embaixador em Moscovo e do rumo obediente americano, o ministro do Interior pretende imprimir à nossa política externa, não espanta ninguém que, à hora da partida, no aeroporto de Lisboa, Sá Carneiro e Freitas do Amaral impeçam Carlos Lopes de embarcar para Moscovo...

O assassinato de Taraki

Está já em fase de instrução o processo do assassinato do antigo presidente do Afeganistão, Nur Mohammed Taraki, ocorrido durante o consulado de Hafizullah Amin. Neste processo são arguidos o capitão Hadud e os tenentes Egbal e Ruzi, o primeiro desempenhando na altura as funções de chefe dos serviços de informação da Guarda e o segundo adjunto do comissário político da Guarda.



declarações de Hadud, Ruzi e Egbal, enquanto Egbal lhe segurava nas pernas. Um quarto de hora depois, às 23 e 30, Taraki estava morto.

Segundo o capitão Hadud já revelou ao juiz de instrução, a ordem de assassinar Taraki foi dada pelo chefe da Guarda, Jandad. De acordo com extractos do interrogatório recentemente publicados em Kabul, Hadud confessa:

Acabava de ser nomeado para o posto de chefe do serviço de segurança do Estado-Maior e, a 8 de Outubro, encontrava-me de serviço nas instalações da Guarda. A noite fui convocado pelo chefe da Guarda, Jandad, que me avisou de que devia matar Nur Mohammed Taraki por ordem do Partido e do Conselho Revolucionário. Perguntei como devia fazê-lo. Jandad respondeu-me de que tudo estava preparado, incluindo a sepultura e a mortalha. Foi então libertado do meu serviço e encontrei Ruzi e Egbal no gabinete de Jandad.

Ai, depois de Jandad ter repetido que o Partido decidira a morte de Taraki, Hadud, com Ruzi e Egbal partiu num "land-rover" para Kote Bahchi, no centro de Kabul, onde se encontrava Nur Taraki.

Uma vez no local onde se encontrava Taraki - prossegue Hadud - Ruzi disse-lhe: temos de transportar para outro local. Como resposta, Taraki deu-lhe o cartão do Partido, pedindo-lhe para o entregar a Amin. Ruzi levou então Taraki para outro quarto, onde o deitou numa cama, depois de o ter atado com uma toalha.

Então, de acordo com as declarações de Hadud, Ruzi e Egbal, enquanto Egbal lhe segurava nas pernas. Um quarto de hora depois, às 23 e 30, Taraki estava morto.

O corpo de Taraki foi então amortalhado e levado de carro para o cemitério onde a sepultura já se encontrava pronta. Informado, Jandad, pela rádio, da conclusão da missão, os assassinos regressaram à sede da Guarda, onde assistiram à ordem dada por Jandad ao chefe da Polícia, Ali Chah Maipran, de mandar guardar a sepultura por polícias.

Hadud afirma ainda que, depois dos acontecimentos de Dezembro, compreendeu que todas as ordens e instruções de Amin, transmitidas por Yakub, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da República Democrática do Afeganistão, e Jandad, chefe da Guarda, eram uma traição.

Refugiados ou nómadas?

A propaganda imperialista fala, a propósito dos acontecimentos no Afeganistão, dos milhares de refugiados que, diariamente, saíram do país fugindo à "ameaça russa", refugiando-o-se no vizinho Paquistão. Mais uma vez, o imperialismo lança mão de uma falsa questão dos refugiados. E, também neste caso, a falsificação é total.

O Afeganistão possui cerca de 18 milhões de habitantes, dos quais cerca de 3 milhões são nómadas. Há três tipos de nómadas: os que circulam numa mesma região, os que circulam por todo o país e os que atravessam anualmente a fronteira com o Paquistão.

Estes últimos são, desde há muito, pastores de rebanhos de carneiros caracul - a partir dos quais se produz a famosa pele chamada "astracan" - e são esses precisamente que, todos os anos nesta época,

atravessam a fronteira do Afeganistão com o Paquistão, à procura de pastos.

São principalmente estes pastores nómadas, em número muito elevado, que constituem a "grande vaga de refugiados afegãos" que fogem da invasão russa", segundo referem os círculos imperialistas...

Não, meus senhores: vão, tradicionalmente, em busca de pastos!

atravessam a fronteira do Afeganistão com o Paquistão, à procura de pastos.

São principalmente estes pastores nómadas, em número muito elevado, que constituem a "grande vaga de refugiados afegãos" que fogem da invasão russa", segundo referem os círculos imperialistas...

Não, meus senhores: vão, tradicionalmente, em busca de pastos!

No Dia dos Mártires, o povo afegão homenageou as vítimas do terrorismo do regime de Amin. Numa mesquita de Kabul, Brabak Karmal e outros destacados dirigentes afegãos participaram numa cerimónia religiosa

A «mudança» que o Governo promete será sem dúvida para muito pior...

O Governo de direita promete uma política de «mudança». Com quem? — perguntaria alguém desprevenido. Com 6 ministros que, cumulativamente, exerceram 44 meses de funções em governos constitucionais que, certamente para rir, a direita rotulava de «maioria de esquerda»? Com 9 secretários de Estado que, durante 88 meses, estiveram, somados todos eles, nas cadeiras da governação do PS-sozinho, do PS-CDS, de Nobre da Costa e Mota Pinto?

Em todos esses Executivos de má memória, que da esquerda não tinham sopro, lá estavam muitos dos que agora pretendem ter virado para a «mudança» quando sempre estiveram com ela, isto é, com a direita instalada nos governos constitucionais defuntos, sobretudo nos Nobre da Costa e Mota Pinto, que o PCP nunca separou do PPD e do CDS.

Ai estão os mesmos da «mudança». Os mesmos que os dois cabecilhas da «Aliança» mantinham, como homens seus, em governos anteriores, que a imprensa reaccionária e a direita em peso consideravam responsáveis (e

continuam a fazê-lo) por todas as desgraças do povo português.

É certo que este Governo da Aliança Reaccionária promete mudar muita coisa para pior. Mas a «mudança» já lá estava desde o PS-sozinho e veio a agravar-se por aí fora até ao Mota Pinto/PPD/CDS. Esses governos só não mudaram mais porque não puderam. Porque tiveram de enfrentar, como vai suceder agora, a firme oposição das massas trabalhadoras, do PCP e de todo o movimento democrático e popular. A direita não pôde mudar tudo, não senhor. Não pôde «mudar» Abril, destruindo-o, mas vai tentar novamente, dando desta vez a cara, tirando a máscara como já se viu durante a apresentação do seu programa.

A direita continua a acreditar na fraude demagógica. Julga que pode esconder a paternidade explícita dos governos Mota Pinto e Nobre da Costa. Quer imputar à esquerda o descalabro de uma política que quer prosseguir.

E reconhece agradecida as provas dadas pelos seus homens, inclusivamente pelos que estiveram à frente da gestão de empresas do sector empresarial do Estado. E os prémios chovem por essa parte. Como fez com os governos anteriores, assim faz com as empresas nacionalizadas, com todo o sector público. Ao mesmo tempo que espeta o dedo contra a gestão ruinosa de muitas dessas empresas onde estavam e estão homens da sua confiança, chama alguns deles ao Governo para fazerem pior.

O sector empresarial do Estado mal gerido? É um facto, em muitos casos. Mas foram eles que lá estiveram. É a direita que lá continua, designadamente na Banca e em algumas das empresas públicas essenciais ao desenvolvimento do País.

Para que não haja dúvidas, aí vão a seguir alguns nomes da «mudança» acompanhados de exemplos dos actos que praticaram quando membros de governos que a direita atacava em nome de uma política que promete prosseguir e agravar.



Basílio Horta com Maldonado Gonet, Amaro da Costa e Escaja Gonçalves; quem disse que, antes do V Governo, a direita nunca esteve no Poder?



Quem são eles?

Basílio Horta
Actual ministro do Comércio e Turismo
Ministro do Comércio e Turismo no Governo PS-CDS (30/1 a 29/8/78)

- Está ligado a 2.º pacote. Aumento dos preços dos bens essenciais da ordem dos 23 por cento.
- Responsável pelo pseudo-estatuto do comerciante, que tem merecido repulsa generalizada, pois só traz aos comerciantes obrigações para com o Estado sem qualquer contrapartida.
- Nomeia o seu correligionário

Tomás Correia (chefe da CAP) para presidente da Junta Nacional do Vinho com uma actuação desastrosa evidente no escândalo da importação de 600 mil hectolitros de vinho.

Eusébio Marques de Carvalho
Actual ministro do Trabalho
Ministro do Trabalho do Governo Mota Pinto / PPD / CDS (22 / 11 / 78 a 31 / 7 / 79)

- Resolução 10/79 ("Diário da República" de 15/1/79) proibindo às comissões de trabalhadores da

Função Pública o exercício dos seus direitos constitucionais.

- Requisição civil nos TLP (Fevereiro de 1979) com as seguintes ilegalidades:
 - Violação do direito à greve (requisição todos os trabalhadores da empresa e todos os grevistas, quando a requisição civil apenas pode abranger os indispensáveis para satisfação de necessidades sociais imperiosas);
 - Violação dos direitos sindicais (foram aplicadas sanções disciplinares a representantes sindicais por terem exercido as suas funções; foram proibidas reuniões sindicais nos locais de trabalho);
 - Violação dos direitos de

contratação colectiva (a requisição civil interrompeu o curso normal da contratação colectiva previsto na lei);

- Autorização da abertura ao sábado do Pão de Açúcar, em prejuízo da semana inglesa dos trabalhadores do comércio e violando a competência que nesta matéria pertence aos órgãos autárquicos e não ao Governo.
- Vários atentados contra a contratação colectiva: Decreto dos 18% (DL 34/79 de 28/2); aplicação ilegal do tecto salarial de 20% entre 1/1/79 e 3/3/79, pois

o DL 121/79 caducara em 31/12/78.

- Recusa de cedência do Estádio 1.º de Maio à CGTP-IL.
- Manutenção da situação ilegal da CA do INATEL.
- Reconhecimento da UGT quando os seus estatutos violam a lei sindical.
- "Pacote laboral" (onze anteprojectos de revisão das leis do trabalho, visando a alteração gravosa do regime de férias, feriados e faltas, a facilitação dos contratos a prazo, a liberalização dos despedimentos, etc.

negociantes de pescado, nomeadamente através do Gabinete de Estudos e Organizações, de que é proprietário.

- De uma lista muito mais extensa destacamos as seguintes actuações como secretário de Estado das Pescas:
 - Nomeação de tenreiristas para postos-chave do sector, tanto nas empresas nacionalizadas como na Administração Pública.
 - Acentua o desmantelamento da secretaria de Estado, nomeadamente através da perseguição a elementos progressistas.
 - Celebração de um acordo de pescas com a Espanha, altamente lesivo dos interesses nacionais.
 - Boicote à aplicação do acordo de pescas com a Guiné-Bissau.
 - "Lock-out" imposto à frota do alto, durante vários meses.
 - Liquidação do SAPP (Serviço de Abastecimento de Peixe ao País) e das empresas intervenções das conservas L. Branco e Unitas.
 - Eliminação de todos os projectos de investimentos das empresas nacionalizadas de pesca, impedindo assim a renovação, reconhecida necessária, do obsoleto equipamento produtivo desses operadores.

(Não é de espantar que a produção tivesse em 1978 uma das maiores descidas de sempre — cerca de 18% de diminuição das quantidades de pescado descarregadas — e que tal tendência se tenha acentuado em 1979.)

Escaja Gonçalves
Actual secretário de Estado do Comércio Interno

Secretário de Estado do Comércio Interno nos Governos PS-sozinho, PS-CDS e Nobre da Costa (de 23/7/76 a 22/11/78)

- "Primeiro pacote" (Fevereiro de 1977): liberalização do sistema de controlo de preços que permitiu todo o descontrolo posterior; subida de mais de 30% nos produtos alimentares, entre eles, o pão, a carne e o leite; cabaz de compras, como cobertura demagógica para aumentos de preços (apenas 10,5% das despesas familiares cobertas pelo cabaz).
- Liberaliza o sistema de comercialização de gado.
- "Segundo pacote": os bens essenciais aumentam na ordem dos 23 por cento.
- Apoiar o boicote à actualização dos preços das empresas públicas (Siderurgia e Cimpor).

Álvaro Barreto

Actual ministro da Indústria
Ministro da Indústria no Governo Mota Pinto / PPD / CDS (22 / 11 / 78 a 31 / 7 / 79)

- Diminuição do crescimento industrial (5,2% no 1.º semestre de 1979 contra 7,2% em 1978 e 12,2% em 1977); ausência de medidas capazes de organizar a produção, de a dinamizar, de resolver as dificuldades, em especial das pequenas e médias empresas (PME) com o aumento das falências; estrangulamento do sector empresarial do Estado com a intenção de privilegiar o sector privado, mas sem que se vissem medidas correspondentes; numerosas desintervenções, incluindo a Corame; paragem do projecto do Alqueva; obstáculos à concretização do Plano Siderúrgico Nacional; sabotagem da reorganização, reconversão e viabilização da Metalúrgica Duarte Ferreira; responsabilidades na agudização de conflitos na Sorefame e Comelna e na ofensiva contra delegados sindicais e membros das CTS.

João Albuquerque

Actual secretário de Estado das Pescas
Secretário de Estado das Pescas nos Governos Nobre da Costa e Mota Pinto/PPD/CDS

Colaborador próximo de Henrique Tenreiro no Grémio do Bacalhau e no Fundo de Renovação e Aprovechamento da Indústria da Pesca; presidente da CRBC (Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau) nomeado por António Barreto do Governo PS-sozinho. Mantém ligações estreitas com armadores-armazenistas de bacalhau e com vários

A lista das «competências»

Nada mais nada menos do que quinze membros do actual Executivo participaram em governos anteriores, os tais da «maioria de esquerda»...

Que mudança é de esperar de tais indivíduos, com graves e pesadas responsabilidades na política de direita que tem sido seguida?

Vejamos então quais os ministros, secretários e subsecretários de Estado que já exerceram cargos governamentais, desde que foi aprovada a Constituição.



Eusébio de Carvalho, ministro do Trabalho, com o famigerado Vaz Portugal, e Álvaro Barreto, ministro da Indústria, com o não menos famigerado Sanches Osório; a grande família da panóplia direita.

SECRETÁRIOS E SUBSECRETÁRIOS

- Maria Manuela Moreira (Emigração e Comunidades Port.) — IV Governo
- José da Silva Peneda (Administração Regional e Local) — IV Governo
- António Figueiredo Lopes (Orçamento) — III e IV Governos
- Alípio Dias (Finanças) — IV Governo
- João Goulão (Estruturação Agrária) — IV Governo
- João Albuquerque (Pescas) — III e IV Governos
- Escaja Gonçalves (Comércio Interno) — I, II e III Governos
- Ricardo Baião Horta (Indústria Transformadora) — II Governo
- José da Silva Domingos (Marinha Mercante) — IV Governo

A vocação totalitária da direita

A direita é totalitária por natureza. O que é de facto a direita senão a representação das forças que querem perpetuar a exploração do homem pelo homem? Nessa exploração necessita de oprimir através de uma política de obscurantismo em que se doura e se aponta o passado como o melhor dos mundos ao mesmo tempo que se esconde os caminhos do futuro e da libertação. Necessita também, se o obscurantismo não chega ou se o desespero a toma, de reprimir as lutas pelos mais elementares direitos ou pela defesa das mais justas conquistas.

A perflida e a força são as duas armas da direita. O seu objectivo é o minar, é arruinar a sociedade em benefício de um punhado de privilegiados. O seu objectivo é a sociedade totalitária, onde a democracia não existe ou, se existe, é meramente formal. A direita não pode suportar a oposição. Porque os argumentos lhe faltam, porque a sua razão não pode ser defendida com a verdade. A direita sobrevive

à Revolução de Abril, os representantes dos monopolistas desapaesados, dos latifundiários expropriados e do imperialismo, travam uma batalha contra a Constituição que a institucionaliza, contra os órgãos de soberania que a garantem. É essa direita que, mercê das hesitações, complacências e cumplicidades baseadas no anticomunismo ganhou algum terreno e está maioritária na Assembleia da República, apesar de a maioria dos portugueses ter votado contra a sua "aliança". E está abertamente no Governo.

O totalitarismo subtil

A apresentação do programa do Governo revelou que este se mostrava disposto a exercer o poder contra a democracia arvorando-se em defensor da democracia. Que a Constituição seria respeitada, disseram. Que os outros órgãos de soberania seriam respeitados, redisseram.

O Governo dispunha-se a governar "respeitando a oposição", afirmaram. Mostravam os pezinhos de lá e escondiam os dentes de lobo.

O debate veio porém revelar o que o propositadamente vago programa e as primeiras amáveis palavras escondiam — a intenção de subverter o regime através de uma suposta legalidade, nomeadamente através de uma lei do referendo, inconstitucional, e de uma nova lei eleitoral, também inconstitucional, que viesse favorecer a AD e perpetuar, alterando o princípio da proporcionalidade, a maioria de direita. Revelou ainda que a direita, embandeirando em arco, se prepara para continuar — e desta vez em profundidade — o ataque às conquistas de Abril até à sua destruição completa, iniciado com outros governos constitucionais e sobretudo pelo Governo de Mota Pinto que já se encontrava nas mãos do PPD e do CDS. Em breve as palavras doces e subis foram substituídas pelas azedas afirmações de apreço pelo

passado e pelo anúncio de submissão ao imperialismo.

O que ficou demonstrado na Assembleia foi que a AD anunciou a sua pretensão em presidir a todas as Comissões Parlamentares, quando tal presidência lhe não cabe automaticamente por ser maioritária no hemiciclo. Reinara sozinha, contra todos, é o que a direita hoje no poder pretende.

O pluralismo de que se arvorou ardente defensora é já conceito para o caixote do lixo.

Nos órgãos de poder local, o jogo é o mesmo. Em Ovar, por exemplo, o PPD conseguiu impor para a mesa da Assembleia Muni-

cipal uma lista totalmente constituída por membros daquele partido. Na Assembleia Municipal de Aveiro foram rejeitadas pelo CDS, maioritário, duas propostas da APU, uma visando garantir que as propostas de deliberação apresentadas pelo executivo camarário à AM fossem entregues, a todos os membros, com a antecedência de, pelo menos, 48 horas; outra que procurava assegurar o direito de intervenção do público nas reuniões da AM, em período determinado pela mesa. Tal é o medo do controlo popular que a direita mostra. Tal é o seu terror da oposição democrática. Medo que levou os eleitos da AD na Freguesia de Guilhote — outro exemplo — a reunir em privado em casa do Presidente da Junta, a revelar e às escondidas dos outros eleitos daquela freguesia do concelho de Penafiel, e a designarem assim, ilegalmente, a Junta e a mesa da Assembleia.

Os exemplos não páram aqui e muitos poderiam ser dados da vocação totalitária da direita,

vocação que está a ser posta em prática em muito lado. Ainda há poucos dias Silva Graça, vereador da Povo Unido na Câmara de Lisboa, denunciava o carácter antidemocrático e contra os princípios consagrados na Constituição quanto à colegialidade das Câmaras Municipais, da decisão de Krus Abesassis de entregar os pelouros da gestão municipal apenas a membros da AD.

Que esperar, entretanto, dos "novos democratas" da Aliança quando à frente do Governo se encontram homens que participaram do poder fascista, e quando em muitas autarquias do país onde o caciquismo ditou o voto, legionários e quadros da ex-ANP — como por exemplo em Amares e Vila Verde — figuram entre os eleitos do CDS tanto para a Câmara como para a Assembleia Municipal?

O totalitarismo da direita, porém, encontra pela frente a firmeza dos democratas que lhe desmascara as subtilezas e lhe denuncia a vocação.

A direita canta de poleiro mas as suas entranhas estão podres

"Aceito o resultado. Mas não podemos fechar os olhos aos problemas que existem dentro dos partidos que constituem a Aliança Democrática, já que são diferentes os seus interesses". Estas palavras são de Amândio de Azevedo, membro da Comissão Nacional do PSD, e foram proferidas no passado domingo, no final da assembleia eleitoral realizada no Porto da qual saiu a nova Comissão Permanente da Comissão Política regional daquele partido. Palavras essas que têm a virtude de mais uma vez colocarem a claro o ambiente conturbado que, para além de certas aparências e grandes frases «unitárias», realmente se vive no seio da dita «aliança».

Ao acto eleitoral concorreram duas listas, uma encabeçada por Montalvão Machado, apoiada por personalidades como Amândio de Azevedo, outra por Silva Leal, que seria a vencedora pela margem de 118 contra 103 votos. A existência das duas listas parece reflectir a clivagem existente dentro do PSD acerca da atitude a assumir dentro da AD, nomeadamente no que se refere às relações com o CDS. A linha vencedora defenderia uma maior aproximação com o parceiro da coligação, enquanto que para os vencidos o importante seria uma maior autonomia partidária e um distanciamento mais nítido em relação ao CDS. «Não queremos cá uma UCD à espanhola» — desabafou ainda Amândio de Azevedo.

«Crise» e «processo de ruptura»

O caso do Porto é apenas mais um a acrescentar a muitos outros, surgidos praticamente a partir do dia em que a AD foi formada. A campanha eleitoral e depois a vitória tangencial nas eleições de Dezembro liudiram e adiaram provisoriamente os problemas existentes, mas, naturalmente, as questões de fundo permaneceram, nomeadamente ao nível das estruturas regionais de ambos os partidos, onde as rivalidades caciquias e os interesses pessoais e mesmo de classe em jogo constituem uma fonte permanente de conflitos.

Mais recentemente, o «caso Lucas Pires» andou nas bocas das gentes, e aliás nada indica que ele esteja definitivamente solucionado. Apenas uma luta de «galos», uma questão de prestígio pessoal? Não só. Em causa estão as lutas entre «falcões» e «pombas», facções e linhas táticas, cuja demarcação não coincide sequer inteiramente com a separação entre os dois partidos. Em causa também, e de que maneira, os conflitos entre clientelas políticas, funcionando aqui muitas vezes a pertença a este ou aquele dos dois partidos como pretexto e capa para a satisfação de ambições próprias.

Não deixa de ser significativo um outro caso recente, ainda em aberto: o preenchimento por parte do novo Governo dos cargos de Governador Civil. Em Coimbra, por exemplo, onde o PSP é maioritário em 13 dos 17 concelhos do distrito, este partido pretende que o Governador-Civil seja seu. Mas Rui de Oliveira, secretário-geral do CDS, contradição: «Admito que o PSD, como partido responsável e interessado no futuro da AD, não ponha a questão fechada, nesse pé, a tal ponto que a AD fique em crise e possa sofrer um processo de ruptura».

Quando a propósito do mero preenchimento de um cargo de Governador Civil um alto responsável de um dos partidos da coligação não se coíbe de falar em «crise» e «processo de ruptura» na AD, é porque de facto as coisas no seio da «aliança» vão mais longe do que muitos poderiam supor.

«Falta de unidade»

A própria imprensa afecta à «aliança» reflecte com frequência a existência de um tal abalo. No editorial do Tempo da semana passada reconhecia-se que «não é líquida a situação política no quadro governamental»; que «a Aliança Democrática não está isenta de problemas no seu interior»; que «nos últimos dias foram notórias as movimentações de ordem partidária entre moderados e radicais».

E o Tempo dá exemplos: «No CDS o dr. Lucas Pires chegou a ser proposto para o cargo de presidente da comissão política para substituir o prof. Freitas do Amaral enquanto este estivesse no Governo, o que levantou protestos dos amigos do vice-primeiro-ministro; no PSD o grupo parlamentar elegeu Pedro Roseta para seu líder, quando se esperava que este cargo fosse ocupado pelo dr. Carlos Macedo, incondicional do dr. Sá Carneiro».

Detectadas «as clivagens existentes no interior dos partidos que compõem a coligação», o Tempo interroga-se sobre se as tais clivagens serão «profundas ou superficiais». E a resposta que dá não é totalmente tranquilizadora: «Estamos em crer que serão superficiais porque não ocorre pensar que algum dos partidos da Aliança queira destruir o que teve o suporte da maioria do eleitorado (como se sabe, isto é falso) e constituir a grande esperança de milhões de portugueses». Não ocorre pensar mas, pelos vistos, há quem o receie...

Os factos são os factos. E o editorial do Tempo não esconde: «Sabemos das preocupações que assaltam muitos dirigentes políticos da Aliança Democrática devido à falta de unidade que se verifica ainda no seio daquela coligação».

A outra face

Partindo deste contexto, seria profundamente errado assentar no princípio que a «aliança» tem os dias contados e não há mais nada a fazer senão aguardar a sua progressiva desagregação interna. Por outro lado, porém, é preciso não subestimar o panorama que rapidamente esboçamos e que traduz uma realidade evidente: a falsidade das afirmações sobre a invulnerável «unidade interna» da «aliança», a fragilidade da coligação, as indissociáveis contradições de interesses.

Na base de tudo isto, e para além das farroncas, das promessas eleitoralistas e da aparente autoconfiança, está uma outra e mais profunda realidade evidente: a falta de um projecto coerente, a ausência de uma alternativa que corresponda às realidades nacionais, a incapacidade em dar uma resposta válida e construtiva aos problemas do país. O debate na Assembleia da República sobre o programa do Governo mostrou-o; os próximos meses comprová-lo-ão.

«Os partidos da 'aliança' estão condenados a entender-se», escrevia recentemente Amaro da Costa. Por sua vez, o citado editorial do Tempo avisava: «O PSD, o CDS, o PPM ou os Reformadores não podem ter a verdade de quererem concorrer isolados às eleições de Outubro próximo. Até lá nenhum deles terá tempo para se autodirigir, para se transformar num partido com capacidade para vencer as eleições».

O medo do futuro, a consciência das debilidades, a falta de confiança nas próprias forças ressaltam de tais afirmações. Estamos aqui perante a outra face — a real e profunda — da arrogância e do optimismo com que Sá Carneiro, os seus ministros e os deputados que apoiam o Governo apareceram no recente debate parlamentar.

A direita age e fala como se tivesse o «rei na barriga», porém as suas entranhas estão podres — afirmava o editorial do «Avante!» da semana passada, acrescentando: «A constatação desta realidade é um factor de excepcional importância para o fortalecimento do movimento popular e democrático, para a derrota da direita nas jornadas que se avizinham».